

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e empresas controladas.

Demonstrações Contábeis
em 30 de junho de 2020

Sumário

Relatório da Administração

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Relatório do Auditor Independente

Balanco Patrimonial

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. (“CCB Brasil” ou “Banco”) submete à apreciação de V.S.as. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, juntamente com o relatório do Auditor Independente sem ressalvas e o relatório do Comitê de Auditoria, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020. Os comentários aqui apresentados, exceto quando ressalvados de forma diferente, são demonstrados em bases consolidadas, abrangendo suas empresas controladas e em moeda corrente nacional (Reais - R\$). As demonstrações contábeis retratadas estão em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil - BACEN.

A subsidiária China Construction Bank (Brasil)

Desde 29 de agosto de 2014, o Banco faz parte do Grupo China Construction Bank Corporation (CCB), com sede em Pequim, o segundo maior banco da China. Com histórico operacional desde 1954, as ações do CCB são negociadas na Bolsa de Valores de Hong Kong e na Bolsa de Xangai.

Impactos da Pandemia Coronavírus - COVID-19

a) Contexto Geral

Considerando a pandemia mundial declarada pela OMS - Organização Mundial de Saúde, relacionada ao novo Coronavírus - “COVID-19”, que vem afetando e trazendo riscos à saúde pública e os inúmeros impactos na economia brasileira e mundial, o CCB Brasil adotou uma série medidas, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, buscando minimizar ao máximo os eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos seus funcionários, familiares e parceiros nas áreas onde atua, bem como a continuidade regular das operações e dos negócios do Banco.

O Banco adotou medidas de contingência de forma a manter regularmente as operações, buscando preservar a saúde de seus profissionais, com acessos seguros aos locais de trabalho quando indispensável, em ambiente que preserve o distanciamento entre pessoas, higiene e proteção adequada. A maioria dos colaboradores está trabalhando em regime de home office. O CCB Brasil manteve seu quadro funcional, não dispensando pessoas em função dessa crise.

b) Impacto nas informações financeiras semestrais

O CCB Brasil adotou medidas conservadoras em seu portfólio, fortificando um intenso monitoramento na carteira de créditos, e sobre clientes que poderiam ter impactos relevantes com a redução da atividade doméstica. A qualidade da carteira construída no segmento corporativo e em empresas médias contribuiu para o pouco efeito na deterioração da carteira corporativa que representa 80% do portfólio.

As principais medidas para contornar o grave impacto da crise foram o congelamento dos limites de crédito para avaliação dos impactos em respectivos setores econômicos; realização de comitês de créditos diariamente e início de monitoramento intensivo de todos os clientes com vencimentos até o final de 2020; adoção de critérios mais restritivos para concessão de novos créditos e concentração de esforços em segmentos menos impactados pelo Covid, todos em linha com as resoluções 4.782 e 4.803 do Banco Central do Brasil - BACEN.

O incremento mais pronunciado no segmento varejo ocorreu devido ao aumento da contribuição da previdência, em abril de 2020, impactando funcionários públicos federais, além disso, foram aprovadas diversas leis estaduais que suspenderam o desconto das parcelas de créditos consignados.

Baseado neste cenário, o CCB Brasil tomou uma postura conservadora e em abril de 2020 suspendeu preventivamente todos os novos desembolsos dos governos locais estaduais e municipais devido aos riscos supracitados. Reduzimos também a idade máxima e realizamos adequações nas políticas de concessão de crédito de varejo.

Os índices consolidados de NPL continuam bem controlados, demonstrando positiva performance na qualidade da carteira corporativa, sendo a carteira consolidada em junho com 3,8% de NPL, sendo em dez 2019 5,0%.

Além das medidas acima indicadas, o Banco vem analisando todas as novas diretrizes e políticas governamentais em resposta à pandemia.

Resultado do Semestre Consolidado

O primeiro semestre de 2020 refletiu positivamente as medidas adotadas pelo Banco no ano precedente, que propunham elevar a qualidade e o volume dos ativos e, ao mesmo tempo, adequar a estrutura operacional do Banco para obter melhor eficiência da organização.

Ao final do primeiro semestre de 2020, as operações de crédito alcançaram R\$ 12.893,9 milhões, acréscimo de 21,9% na comparação com o segundo semestre de 2019. A parcela dos créditos classificados com rating AA-C, (faixa dos créditos de menor risco), manteve-se estável ao mesmo período do ano anterior representando 96,2% do total da carteira (95,0% em dezembro 2019).

Do lado dos passivos, observamos um aumento de 43,6% da captação em reais em seis meses. Os depósitos a prazo atingiram R\$ 5.645,3 milhões, aumento de 78,8% ante o segundo semestre do ano anterior. Os recursos de letras emitidas, compostos pelas LCAs, LFs e LCIs, somaram R\$ 1.361,2 milhões, decréscimo de 1,9% na comparação com o segundo semestre anterior.

Em 30 de junho de 2020, a Matriz representava 45,4% (45,1% em 2019) da captação total de R\$ 14.653,59 milhões. Vale salientar que a Matriz tem provido sua Subsidiária com *funding* adequado, tanto em volumes, quanto em preços. Com efeito, os recursos da Matriz, habitualmente disponibilizados por prazos de 360 dias, têm sido sistematicamente renovados, e vêm apresentando custos vantajosamente comparáveis aos de mercado.

Ao término do primeiro semestre de 2020, o patrimônio líquido alcançou R\$ 1.076,1 milhões e o índice de Basileia era de 14,01%.

O resultado bruto da intermediação financeira no primeiro semestre de 2020 alcançou R\$ 328,5 milhões, acréscimo ante o resultado obtido em igual período de 2019, R\$ 201,3 milhões.

No primeiro semestre de 2020, as despesas de custeio que abrangem as despesas administrativas e de pessoal manteve-se estável ao mesmo período do ano anterior, somaram R\$ 140,3 milhões, decréscimo de 19,7% na comparação com igual período de 2019.

O prejuízo líquido do primeiro semestre de 2020 foi de R\$ 514,5 milhões (2019 – prejuízo R\$ 98,6 milhões)

Recursos Humanos e Pontos de Atendimento

O Banco encerrou o primeiro semestre de 2020 com 459 funcionários e nove pontos de atendimento.

Considerações finais

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição.

(Divulgação autorizada na Reunião do Conselho de Administração de 25 de setembro de 2020).

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. é instituído em atendimento à Resolução 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao estatuto do banco.

O Comitê analisou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2020, com foco na aplicação das práticas contábeis adotadas pelo mercado e no cumprimento de normas editadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN. O Comitê avaliou as recomendações propostas pelas Auditorias Interna e Independente, discutindo com a Administração as providências com vistas aos respectivos atendimentos. O Comitê, com base nas informações e relatórios recebidos das áreas de controles internos e riscos, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios da Auditoria Independente, concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Instituição.

O Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório apresenta-se sem ressalvas. Os principais assuntos de auditoria também foram discutidos com a PwC, assim como demais pontos, relacionados com as práticas contábeis, recomendações e apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos, e apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria efetuou recomendações visando o aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento dos controles internos, Compliance e gerenciamento de riscos, cujas ações são acompanhadas pela Auditoria Interna.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, entende que as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas auditadas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 25 de setembro de 2020.

Daniel Joseph McQuoid

Heraldo Gilberto de Oliveira
Presidente

Walter M. Machado de Barros

***China Construction
Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.
e empresas controladas***

***Demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em
30 de junho de 2020
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

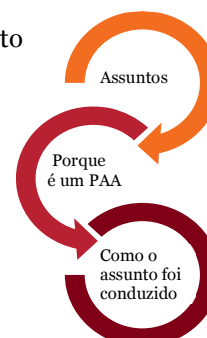
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.

Nossa auditoria para o semestre findo em 30 de junho de 2020 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados com o exercício anterior.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para perda esperada ao risco de crédito (Notas 3.g e 8) - Banco e Consolidado A determinação do valor da provisão para perda esperada ao risco de crédito é uma área que requer julgamentos e utilização de um conjunto de considerações por parte da Administração. Nesse processo, as operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração várias premissas e fatores, incluindo a situação financeira da contraparte, os níveis de inadimplência, realização de garantias, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e alterações posteriores do Bacen. Tendo em vista esses aspectos, bem como a relevância dos montantes envolvidos, essa é uma área de estimativa crítica contábil e foi definida como foco em nossa auditoria.	Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e a execução de testes de controles relevantes relacionados à concessão de crédito e a respectiva análise e aprovação do risco do devedor. Analizamos os critérios descritos em política e os utilizados pela Administração para determinação do risco de crédito das operações, bem como (i) recalculamos as provisões com base nessas atribuições de risco e no atraso das operações e (ii) validamos a totalidade da base de dados extraída dos sistemas subjacentes que servem de base para o recálculo da provisão. Realizamos também outros testes em atendimento aos requerimentos da Resolução CMN nº 2.682, bem como avaliamos os aspectos relacionados às divulgações em notas explicativas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, para a determinação e registro contábil da provisão para perda esperada ao risco de crédito, são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis.

Créditos tributários (Notas 3.m, 3.p e 14) - Banco e Consolidado

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas possuem ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre lucro líquido, cujo registro é suportado por estudo de projeção de lucros tributários para a

Nossos procedimentos consideraram a atualização do entendimento do processo de apuração e registro dos créditos tributários nos termos das normas fiscais e contábeis.

Com o auxílio de nossos especialistas, analisamos a consistência das premissas relevantes utilizadas no



China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.

Porque é um PAA

realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. No semestre findo em 30 de junho de 2020, foi realizada a baixa dos créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias para os quais não há expectativa de realização, conforme previsto pela Resolução CMN nº 3.059.

Considerando que a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

estudo de realização do crédito tributário com informações de projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável, bem como a metodologia utilizada para estimar os lucros tributáveis, e a coerência lógica e aritmética dos cálculos.

Discutimos com a Administração e confirmamos a aprovação do estudo técnico que suporta a realização dos créditos tributários pelos órgãos adequados da Administração.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como créditos tributários, consideramos que as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis.

Ambiente de tecnologia da informação

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações e consequente elaboração das demonstrações contábeis.

Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles gerais poderia ocasionar o processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações.

Dessa forma, o ambiente de tecnologia da informação foi considerado uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do entendimento e teste do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados ou dependentes de tecnologia relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis.

Com o auxílio de nossos especialistas, os principais procedimentos executados envolveram testes de controles relacionados com a segurança da informação, atrelados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo gestão de acesso e segregação de função.

Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e os controles estabelecidos pela



China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Administração apresentaram uma base razoável para suportar os principais processos de negócios que fornecem informações utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de setembro de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Melissa Tuxen Wisnik
Contadora CRC 1SP221490/O-0

Balanço Patrimonial

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Banco		Consolidado	
		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Circulante e não circulante					
Instrumentos Financeiros		21.066.712	16.346.347	21.148.543	16.342.265
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.560.080	586.662	2.560.220	586.815
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	589.000	765.805	5.436	5.449
Títulos e Valores Mobiliários	6.b	4.867.865	4.790.396	4.879.041	4.801.379
Derivativos	7.f	196.805	425.125	196.805	425.125
Carteira de crédito e arrendamento mercantil	8	10.594.199	8.244.722	11.319.936	9.089.834
Operações de Câmbio	9	2.276.851	1.506.955	2.276.851	1.506.955
Outros instrumentos financeiros	10	462.720	477.725	464.989	478.431
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	11	(480.808)	(451.043)	(554.735)	(551.723)
Ativos não Financeiros mantidos para Venda	12	193.535	228.163	198.771	235.226
Custo		333.484	377.652	343.894	392.608
Provisão para redução ao valor recuperável		(139.949)	(149.489)	(145.123)	(157.382)
Investimentos		313.983	323.172	645	645
Participações societárias	13	313.339	322.528	-	-
Outros investimentos		644	644	645	645
Imobilizado		24.560	31.660	25.894	33.349
Custo		111.618	114.819	116.000	119.200
Depreciação acumulada		(85.549)	(81.650)	(88.597)	(84.342)
Provisão para redução ao valor recuperável		(1.509)	(1.509)	(1.509)	(1.509)
Ativo Intangível		2.334	2.867	2.356	7.275
Custo		21.464	20.877	128.845	128.258
Amortização acumulada		(19.130)	(18.010)	(126.489)	(120.983)
Ativos Fiscais		1.295.473	1.624.263	1.378.197	1.746.107
Impostos a compensar		11.510	23.623	33.451	47.120
Crédito tributário	14.a	903.301	1.219.978	964.084	1.318.325
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	14.b	380.662	380.662	380.662	380.662
Outros Ativos	15	67.578	79.683	71.089	82.954
Total do Ativo		22.964.175	18.636.155	22.825.495	18.447.821

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanço Patrimonial

(Em milhares de reais)

(continuação)

Passivo	Nota	Banco		Consolidado	
		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Circulante e não circulante					
Instrumentos Financeiros		20.419.929	15.587.517	20.096.492	15.218.861
Captações no mercado	16	12.403.206	8.837.155	12.163.432	8.578.160
Obrigações por empréstimos e repasses	17	6.321.714	4.798.031	6.321.714	4.798.031
Derivativos	7.f	174.827	14.890	174.827	14.890
Operações de Câmbio	9	476.280	17.768	476.280	17.768
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	18	956.219	692.555	956.219	692.555
Dívida Subordinada	19	-	1.110.499	-	1.110.499
Outros instrumentos financeiros	20	87.683	116.619	4.020	6.958
Provisões	21	1.036.138	1.010.406	1.086.599	1.054.932
Obrigações Fiscais		379.379	350.897	444.171	405.133
Impostos correntes		30.819	27.376	38.961	32.195
Impostos diferidos	14.c	266.378	241.382	323.028	290.799
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	14.b	82.182	82.139	82.182	82.139
Outras Obrigações	24	120.789	155.949	122.115	177.906
Total do Passivo		21.956.235	17.104.769	21.749.377	16.856.832
Patrimônio Líquido					
Capital Social	25.a	2.956.864	2.956.864	2.956.864	2.956.864
Ações em Tesouraria	25.b	(55.105)	(55.105)	(55.105)	(55.105)
Prejuízos acumulados		(1.894.700)	(1.371.538)	(1.826.522)	(1.311.935)
Reservas de Capital		899	899	899	899
Reservas de Lucros		-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes		(18)	266	(18)	266
Total do Patrimônio Líquido		1.007.940	1.531.386	1.076.118	1.590.989
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		22.964.175	18.636.155	22.825.495	18.447.821

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado

Semestre findo em 30 de junho

(Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação do capital social)

Nota	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Receitas da Intermediação Financeira				
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	27	1.726.182	230.878	1.811.435
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários	28	194.884	357.673	177.083
Resultado derivativos	29	381.917	(19.755)	381.917
Resultado de câmbio	30	607.911	17.486	607.911
Outras receitas de intermediação financeira	31	1.763	(11.801)	1.760
		2.912.657	574.481	2.980.106
Despesas da Intermediação Financeira				
Obrigações por empréstimos e repasses	32	(1.761.327)	(61.168)	(1.761.327)
Operações de captações no mercado	33	(167.660)	(314.169)	(164.958)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	34	(281.567)	(17.520)	(281.567)
Dívida subordinada		(438.896)	(438.896)	(42.602)
Outras despesas de intermediação financeira	31	(10.860)	(16.846)	(509)
		(2.660.310)	(452.305)	(2.647.257)
		(2.660.310)	(452.305)	(2.647.257)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira antes da perda esperada ao risco de crédito				
		252.347	122.176	332.849
(Provisão) Reversão para perda esperada ao risco de crédito	11	(201.628)	(20.660)	(192.783)
		50.719	101.516	140.066
Resultado Líquido da Intermediação Financeira				
		50.719	101.516	140.066
Outras Receitas (Despesas) Operacionais				
Receitas com prestação de serviços e tarifas	35	25.472	16.817	25.652
Despesas de pessoal	36	(72.154)	(102.824)	(79.739)
Outras despesas administrativas	37	(47.592)	(46.540)	(60.295)
Outras receitas operacionais	38	10.137	21.650	21.715
Outras despesas operacionais	39	(78.749)	(48.936)	(91.173)
Resultado de participações societárias	13	(4.736)	5.938	71
(Provisão) reversão para passivos contingentes	22.d	(30.212)	(80.524)	(36.294)
(Provisão) reversão para garantias prestadas		(11.935)	7.984	(11.935)
		(151.050)	(124.919)	(91.932)
Resultado Operacional				
		(151.050)	(124.919)	(91.932)
Outras Receitas (Despesas) não operacionais		(826)	1.706	(293)
(Provisão) para imparidade de bens não de uso próprio		(29.378)	2.662	(32.966)
		(30.204)	4.368	(33.259)
Resultado não operacional				
		(30.204)	4.368	(33.259)
Resultado Antes da Tributação				
		(181.254)	(120.551)	(125.191)
Imposto de renda e contribuição social	14.d	-	-	(4.083)
Impostos diferidos	14.d	(341.908)	12.817	(385.313)
		(523.162)	(107.734)	(514.587)
Prejuízo do Semestre				
		(523.162)	(107.734)	(514.587)
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores				
Ordinárias	25.e	(338.600)	(69.727)	(333.050)
Preferenciais		(184.562)	(38.007)	(181.537)
		(523.162)	(107.734)	(514.587)
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$				
		(523.162)	(107.734)	(514.587)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente

Semestre findo em 30 de junho

(Em milhares de reais)

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Prejuízo do Semestre	<u>(523.162)</u>	<u>(107.734)</u>	<u>(514.587)</u>	<u>(98.646)</u>
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucro (prejuízo) líquido	<u>(284)</u>	<u>100.794</u>	<u>(284)</u>	<u>100.794</u>
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda				
Próprios	(476)	167.990	(476)	167.990
Impostos diferidos de TVM próprio	192	(67.196)	192	(67.196)
Resultado Abrangente do Semestre	<u>(523.446)</u>	<u>(6.940)</u>	<u>(514.871)</u>	<u>2.148</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestre findo em 30 de junho

(Em milhares de reais)

Banco	Reservas de capital					Total
	Capital realizado	Ações em tesouraria	Ágio na subscrição de ações	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	
Saldos em 01 de janeiro de 2019	2.956.864	(55.105)	899	2.220	(1.369.885)	1.534.993
Outros resultados abrangentes	-	-	-	100.794	-	100.794
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	(107.734)	(107.734)
Saldos em 30 de junho de 2019	2.956.864	(55.105)	899	103.014	(1.477.619)	1.528.053
Mutações do semestre	-	-	-	100.794	(107.734)	(6.940)
Saldos em 01 de janeiro de 2020	2.956.864	(55.105)	899	266	(1.371.538)	1.531.386
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	(284)	-	(284)
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	(523.162)	(523.162)
Saldos em 30 de junho de 2020	2.956.864	(55.105)	899	(18)	(1.894.700)	1.007.940
Mutações do semestre	-	-	-	(284)	(523.162)	(523.446)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Semestre findo em 30 de junho
(Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Banco		Consolidado	
		30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Prejuízo do semestre		(523.162)	(107.734)	(514.587)	(98.646)
Ajustes ao Resultado		572.292	24.620	611.544	57.845
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	11	201.628	20.660	192.783	38.871
Provisão para passivos contingentes	22.d	30.212	65.637	36.294	69.264
Reversão para empréstimos vinculados a operações de crédito	32	(44.492)	(14.822)	(44.492)	(14.822)
Outras provisões operacionais		41.313	(10.646)	44.901	(10.631)
Depreciação e amortização	37	10.289	11.458	10.648	11.823
Créditos tributários e passivos fiscais diferidos	14	341.908	(12.817)	385.313	(7.167)
Resultado de participações societárias	13	4.736	(5.938)	(71)	(506)
Perda na venda de tangível		2.349	9	2.349	9
Perda (Ganho) na venda de ativos disponíveis para venda	40	(1.327)	(1.425)	(1.857)	(1.500)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		(14.324)	(27.496)	(14.324)	(27.496)
Lucro (prejuízo) ajustado		49.130	(83.114)	96.957	(40.801)
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		176.805	197.848	14	(31)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários		(77.945)	(76.180)	(76.746)	(80.122)
Redução em instrumentos financeiros derivativos		388.257	31.116	388.257	31.116
(Aumento) redução na carteira de crédito e de arrendamento mercantil		(2.521.339)	678.125	(2.425.302)	766.366
(Aumento) em carteira de câmbio - Ativo		(769.896)	(330.333)	(769.896)	(330.333)
Aumento em carteira de câmbio - Passivo		458.512	359.853	458.512	359.853
(Aumento) em outros instrumentos financeiros - ativo		(216.909)	(212.158)	(297.287)	(312.255)
Aumento (redução) em captação no mercado		3.547.684	(629.592)	3.566.903	(619.829)
Imposto de renda e Contribuição social pagos		-	-	-	(2.096)
Pagamento de juros		195.006	(175.885)	195.006	(175.885)
Pagamento de contingências	22.d	(16.303)	-	(17.379)	-
Recebimento de juros		256.201	201.458	336.334	307.903
(Redução) em outras obrigações		(31.829)	(34.742)	(48.207)	(17.854)
(Redução) em outros instrumentos financeiros - passivo		(28.935)	(49.185)	(2.938)	(2.589)
Caixa Líquido originado (utilizado) em atividades operacionais		1.408.439	(122.789)	1.404.228	(116.557)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Alienação de bens não de uso próprio		6.577	11.268	10.775	11.188
Aquisição e alienação de imobilizado de uso		(35)	(100)	(35)	(102)
Aplicação no intangível		(587)	(972)	(587)	(975)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		-	6.000	-	-
Caixa Líquido originado em atividades de investimentos		5.955	16.196	10.153	10.111
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		11.405.363	7.850.462	11.405.363	7.850.462
Aumento (redução) em dívidas subordinadas		(1.110.499)	49.626	(1.110.499)	49.626
Aumento em instrumento de dívida elegíveis a capital		1.675.304	17.282	1.675.304	17.282
Pagamento de empréstimos		(11.425.468)	(9.309.928)	(11.425.468)	(9.309.928)
Caixa Líquido originado (utilizado) em atividades de financiamento		544.700	(1.392.558)	544.700	(1.392.558)
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa		1.959.094	(1.499.151)	1.959.081	(1.499.004)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4	586.662	2.866.087	586.815	2.866.293
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa		14.324	27.496	14.324	27.496
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4	2.560.080	1.394.432	2.560.220	1.394.785
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa		1.959.094	(1.499.151)	1.959.081	(1.499.004)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A., (“CCB Brasil”), sediado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, No. 4.440, São Paulo - SP, Brasil, é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pelo CCB Brazil Financial Holding – Investimentos Participações Ltda., empresa integrante do grupo China Construction Bank Corporation, sediado na República Popular da China, autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e de câmbio.

Por meio de empresas controladas atua em todo o território nacional nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, distribuição de títulos e valores mobiliários e administração de cartões de crédito, bem como possui participação de 50% em uma Joint Venture destinada a operações no mercado de Factoring e Forfaiting.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. – CCB Brasil incluída a dependência no exterior, e as demonstrações contábeis consolidadas do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. – CCB Brasil e empresas controladas foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis n.ºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN e do BACEN.

A Resolução CMN nº 4.720/19 e a Circular Bacen nº 3.959/19 estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis com vigência a partir de janeiro/20, visando trazer similaridade das demonstrações contábeis com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *Internacional Financial Reporting Standard (IFRS)*, incluindo a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente. A norma prevê ainda que o Balanço Patrimonial passa a ser apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior.

Destacamos que conforme opção prevista no Artigo 5º da Circular BACEN nº 3.959/19, o CCB Brasil optou pela apresentação das contas do Balanço Patrimonial por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem abertura entre circulante e não circulante. Os montantes com realização esperada em até 12 meses e prazo superior estão apresentados em notas explicativas. Adicionalmente em decorrência da adoção da referida norma, os comparativos foram reclassificados conforme tabela abaixo:

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Ativo		31/12/2019	
De	Para	BANCO	CONSOLIDADO
Disponibilidades	Caixa e Equivalentes de Caixa	93.665	93.818
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Aplicações interfinanceiras de Liquidez	765.805	5.449
	Caixa e Equivalentes de Caixa	492.997	492.997
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Títulos e Valores Mobiliários	4.790.396	4.801.379
	Derivativos	425.125	425.125
Relações Interfinanceiras	Outros ativos	4.770	4.770
Operações de Crédito	Carteira de crédito e arrendamento mercantil	7.959.280	8.715.026
Operações de Arrendamento Mercantil		-	88.748
Outros Créditos	Outros ativos	49.585	51.617
	Carteira de crédito e arrendamento mercantil	285.442	286.060
	Operações de Câmbio	1.506.955	1.506.955
	Outros instrumentos financeiros	477.725	478.432
	Crédito Tributário	1.219.978	1.318.325
	Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	380.662	380.662
	Impostos a compensar	23.623	47.119
Outros Valores e Bens	Outros ativos	25.328	26.567
	Ativos não Financeiros mantidos para Venda	377.652	392.608
Investimentos	Investimentos	322.528	-
	Outros investimentos	644	645
Imobilizado de Uso	Imobilizado	31.660	33.349
Intangível	Ativo Intangível	2.867	7.275
Provisões para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	Provisão para Perda Esperada ao Risco de Crédito	(297.005)	(390.250)
Provisões para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa		-	(7.420)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(154.038)	(154.053)
Provisão para desvalorização de Outros Valores e Bens	Ativos não Financeiros mantidos para Venda	(149.489)	(157.382)
Total do Ativo		18.636.155	18.447.821

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Passivo		31/12/2019	
De	Para	BANCO	CONSOLIDADO
Depósitos	Captações no mercado	3.821.648	3.587.731
Captações no Mercado Aberto		3.628.602	3.603.526
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		1.386.905	1.386.905
Outras Obrigações	Outras Obrigações	69.343	91.298
	Operações de Câmbio	17.768	17.768
	Dívida Subordinada	1.110.499	1.110.499
	Outros instrumentos financeiros	116.619	6.958
	Provisões	1.010.406	1.054.932
	Instrumento de Dívida Elegíveis a Capital	692.555	692.555
	Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	82.139	82.139
	Obrigações Fiscais - Impostos Correntes	27.376	32.195
	Obrigações Fiscais - Impostos Diferidos	241.382	290.799
Relações Interdependências (passivo)	Outras Obrigações	66.006	66.006
Obrigações por Empréstimos	Obrigações por Empréstimos e repasses	4.527.706	4.527.706
Obrigações por Repasses no País - Instituições Oficiais		223.975	223.975
Obrigações por Repasses do Exterior		46.350	46.350
Instrumentos Financeiros Derivativos	Derivativos	14.890	14.890
Resultado de Exercícios Futuros	Outras Obrigações	20.600	20.600
Capital Social	Capital Social	2.956.864	2.956.864
Reservas de Capital	Reservas de Capital	899	899
Ajustes de Avaliação Patrimonial	Outros Resultados Abrangentes	266	266
Prejuízos Acumulados	Prejuízos acumulados	(1.371.538)	(1.311.935)
Ações em Tesouraria	Ações em Tesouraria	(55.105)	(55.105)
Total do passivo		18.636.155	18.447.821

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Demonstração de Resultado		30/06/2019	
De	Para	BANCO	CONSOLIDADO
Ativo Fiscal Diferido	Impostos diferidos	21.582	23.377
Captação no Mercado	Operações de Captação no Mercado	(314.169)	(304.626)
	Instrumento de Dívida Elegíveis a Capital	(17.520)	(17.520)
	Dívida Subordinada	(42.602)	(42.602)
Contribuição Social	Imposto de renda e contribuição social	-	(354)
	Impostos diferidos	(3.287)	(5.733)
Despesas de pessoal	Despesas de pessoal	(102.824)	(111.587)
Despesas Tributárias	Outras despesas operacionais	(9.082)	(12.312)
Empréstimos, Cessões e Repasses	Obrigações de Empréstimos e repasses	(76.542)	(76.542)
Imposto de Renda	Imposto de renda e contribuição social	-	(3.269)
	Impostos diferidos	(5.478)	(6.854)
Operações de Arrendamento Mercantil	Operações de crédito e de arrendamento mercantil	-	2.423
Operações de Crédito		225.536	329.421
Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	Outras despesas da intermediação financeira	(16.846)	1
Outras despesas administrativas	Outras despesas administrativas	(46.540)	(62.888)
Outras despesas operacionais	Outras receitas da intermediação financeira	(14.428)	(14.428)
	Obrigações por Empréstimos e repasses	552	552
	Outras despesas operacionais	(39.854)	(55.431)
	(Provisão) reversão para passivos contingentes	(82.914)	(86.794)
Outras receitas operacionais	Operações de crédito e de arrendamento mercantil	5.342	5.453
	Outras receitas da intermediação financeira	332	332
	Obrigações por empréstimos e repasses	14.822	14.822
	Outras receitas operacionais	21.650	29.047
	(Provisão) reversão para passivos contingentes	2.390	2.641
	(Provisão) reversão para garantias prestadas	7.984	7.984
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(Provisão) Reversão para perda esperada ao risco de crédito	(20.660)	(38.871)
Renda de Tarifas Bancárias	Receitas de prestação de serviços e tarifas	435	435
Rendas de Prestação de Serviços	Outras receitas da intermediação financeira	2.292	2.292
	Receitas de prestação de serviços e tarifas	16.382	16.710
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	Resultado derivativos	(19.755)	(19.755)
Resultado de Aplicações Compulsórias	Outras receitas da intermediação financeira	3	3
Resultado de Câmbio	Resultado de câmbio	17.486	17.486
Resultado de Participações em Controladas	Resultado de participações societárias	5.938	(506)
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários	357.673	303.715
Resultado Não Operacional	Outras Receitas (Despesas) não operacionais	1.706	2.085
	(Provisão) para imparidade de bens não de uso próprio	2.662	2.647
Total		(107.734)	(98.646)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os semestres apresentados.

As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 25 de setembro de 2020.

b) Demonstrações contábeis consolidadas

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas os saldos patrimoniais e os resultados originados de transações entre as empresas do grupo foram eliminados.

Abaixo as controladas diretas e indiretas que fazem parte do escopo de consolidação:

Participação	%
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	100
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	100
CCB Brasil Informática S.A.	100
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	100
CCB Brasil S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos	100
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda.	100
CCB Brasil Cobrança Ltda.	100

Reconciliação do lucro e do patrimônio líquido do CCB Brasil (BANCO) x CCB Brasil (CONSOLIDADO).

	30/06/2020	30/06/2019
Resultado do semestre (Banco)	(523.162)	(107.734)
<i>Hedge accounting</i> carteira de varejo (líquido de efeitos tributários)	7.574	9.760
Provisão para operações de crédito cedidas à controlada CCB Brasil Financeira	1.001	(672)
Resultado do semestre (Consolidado)	(514.587)	(98.646)

	30/06/2020	31/12/2019
Patrimônio líquido do semestre (Banco)	1.007.940	1.531.386
<i>Hedge accounting</i> carteira de varejo (líquido de efeitos tributários)	63.918	56.344
Provisão para operações de crédito cedidas à controlada CCB Brasil Financeira	4.260	3.259
Patrimônio líquido do semestre (Consolidado)	1.076.118	1.590.989

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do CCB Brasil. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço divulgada pelo BACEN, sendo as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do semestre.

Para a agência no exterior, cujas operações são realizadas em moeda estrangeira, por se tratar na essência de uma extensão das atividades no Brasil, sem grau significativo de autonomia, a moeda funcional determinada segundo critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.524/16 é o Real, sendo os ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço, e o resultado convertido pela taxa de câmbio da data da transação. Os ajustes decorrentes da conversão são registrados em contrapartida ao resultado do semestre.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, que sejam prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior 03 meses e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

c) Aplicações Interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários, são assim classificados e avaliados:

- **Títulos para negociação** - títulos e valores mobiliários adquiridos com o intuito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre.
- **Títulos disponíveis para venda** - títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - títulos e valores mobiliários, em que a Administração declara a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

e) Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do semestre.

f) Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

Os métodos adotados pelo CCB Brasil para a apuração do valor justo seguem o CPC 46, aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19, segregando os Instrumentos Financeiros em três diferentes níveis, conforme segue:

- **Nível 1:** Utiliza como referência cotações públicas e preços disponíveis em mercado ativo. Estão incluídos nesse nível, substancialmente, os títulos de emissão do tesouro nacional, títulos de emissão privada com mercado secundário “ativo”, e os instrumentos de patrimônio (ações) de outras entidades.
- **Nível 2:** Na ausência de cotações públicas, o CCB Brasil, através de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado para negociação do instrumento. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis. Os instrumentos financeiros derivativos, cuja mensuração está atrelada à construção de curvas por meio da utilização de taxas divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão estão alocados neste nível além das emissões no exterior com preços disponíveis no mercado secundário.
- **Nível 3:** Caso também não existam disponíveis dados baseados em parâmetros de mercado observáveis, a Administração se utiliza de informações internas e modelos internos para a apuração do melhor valor justo dos ativos e passivos financeiros. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 não havia instrumentos financeiros enquadrados nesse nível.

g) Carteira de crédito e provisão para perda esperada ao risco de crédito

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Para a apuração da provisão para perda esperada ao risco de crédito, as operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, incluindo entre outros, a situação financeira entre as partes, níveis de inadimplência, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização das garantias, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração, conforme demonstrado na nota 8.d – Composição da carteira por níveis de risco.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

h) Cessão de crédito

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando ocorre a venda ou transferência do mesmo.

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.533/08, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

- **Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e, (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão, é baixado no ato da operação e o resultado é reconhecido em lucros ou prejuízos por transferência de ativos financeiros.

- **Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com *swap* de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e, (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão é mantido nos livros contábeis e é reconhecido um passivo a favor do cessionário pelo valor da cessão. Os ativos continuam gerando resultado positivo e o passivo gerando despesa pela taxa aplicada na cessão. Esses valores são registrados em contas de receita de transferência de ativos financeiros (ativo) e despesa de transferência de ativos financeiros (passivo), pelo prazo das operações cedidas.

- **Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. O Banco não trabalha com essa modalidade.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

i) Ativos não financeiros mantidos para venda

Ativos não financeiros mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (“Operações descontinuadas”), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das informações financeiras. São mensurados ao que for menor entre o

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Não são depreciados, desde que permaneçam nessa categoria.

j) Participação societária

As participações societárias, nas demonstrações contábeis individuais, são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

k) Imobilizado

Inclui o valor de móveis, veículos, hardware e outros utensílios de propriedade das entidades consolidadas, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual e é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, calculada basicamente utilizando-se as taxas de depreciação apuradas com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos.

l) Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem prováveis que benefícios econômicos futuros serão gerados.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

m) Ativos e obrigações fiscais

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e, de 15% sobre lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social até fevereiro de 2020, conforme a lei nº 13.169/15 e, a partir de março de 2020, o Banco passou a adotar a alíquota de 20%, conforme Emenda Constitucional nº 103/19. As empresas controladas mantiveram a alíquota de 15%. O estoque de créditos tributários e de passivo fiscal diferido registrado em 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020 foram calculados pela aplicação da alíquota de 20% da contribuição social, considerando que a realização ou liquidação se dará na vigência da nova alíquota.

n) Instrumentos financeiros registrados no passivo circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias (em base “pro rata”) e cambiais auferidas.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

o) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09.

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa. O CCB Brasil não possui ativos contingentes de êxito provável;
- **Provisões:** são reconhecidas contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa;
- **Passivos contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. O termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- **Obrigações legais:** estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

p) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências, obrigações e respectivas provisões, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, e a avaliação do valor de mercado dos instrumentos financeiros e derivativos.

A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes a esse processo. O CCB Brasil revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

q) Resultado por ação

O resultado por ação básico apurado segundo CPC 41 Resultado por ação, é calculado dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas do CCB pela média ponderada das ações em circulação durante o ano, excluindo a

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

quantidade média das ações ordinárias recompradas mantidas em tesouraria. O resultado por ação diluído não difere do resultado por ação básico, pois não há ações com potencial efeito diluidor.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	BANCO		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Disponibilidades	139.045	93.665	139.184	93.818
Aplicações no mercado aberto	2.083.997	229.999	2.083.998	229.999
Aplicações em moedas estrangeiras	337.038	262.998	337.038	262.998
Total	2.560.080	586.662	2.560.220	586.815

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Representados por aplicações em depósitos interfinanceiros, cujos vencimentos estão demonstrados abaixo:

Vencimento	BANCO		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Até 1 ano (Circulante)	528.631	217.371	5.436	5.449
Acima de 1 ano (Não circulante)	60.369	548.434	-	-
Total	589.000	765.805	5.436	5.449

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Política de atuação

Os títulos e valores mobiliários são avaliados, quanto à sua destinação, por ocasião das aquisições e a carteira formada é avaliada a cada balanço semestral. Para os títulos mantidos até o vencimento a Administração declara a intenção e capacidade financeira para manutenção até o vencimento.

b) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo e categoria

	30/06/2020							
	BANCO							CONSOLIDADO
	Até 90 dias	91 a 360 dias	Total Circulante	Não circulante	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado	Total contábil
Títulos disponíveis para venda	3.462.241	138.951	3.601.192	1.183.939	4.785.131	4.785.163	4.785.131	4.796.307
Carteira própria (*)	989.154	138.951	1.128.105	138.873	1.266.978	1.266.976	1.266.978	1.266.978
Letras Financeiras								
Tesouro	989.154	138.951	1.128.105	138.873	1.266.978	1.266.976	1.266.978	1.266.978
Vinculados a operações compromissadas	2.445.609	-	2.445.609	1.024.706	3.470.315	3.470.356	3.470.315	3.470.315
Letras Financeiras								
Tesouro	2.445.609	-	2.445.609	1.024.706	3.470.315	3.470.356	3.470.315	3.470.315

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Vinculados a prestação de garantias (**)	27.478	-	27.478	20.360	47.838	47.831	47.838	59.014
Letras Financeiras								
Tesouro	27.478	-	27.478	20.360	47.838	47.831	47.838	59.014
Títulos mantidos até o vencimento	-	82.734	82.734	-	82.734	82.734	82.734	82.734
Carteira própria	-	82.734	82.734	-	82.734	82.734	82.734	82.734
Cotas – FIDC	-	82.734	82.734	-	82.734	82.734	82.734	82.734
Total	3.462.241	221.685	3.683.926	1.183.939	4.867.865	4.867.897	4.867.865	4.879.041

(*) Distribuição de prazos efetuada com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.

(**) O saldo contábil inclui R\$ 44.365 no Banco e Consolidado referente à margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos, R\$ 3.025 no Banco e R\$ 14.201 no Consolidado referente a processos judiciais e R\$ 448 no Banco e Consolidado referente outras garantias.

31/12/2019								
	BANCO							CONSOLIDADO
	Até 90 dias	91 a 360 dias	Total Circulante	Não circulante	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado	Total contábil
Títulos disponíveis para venda	6.743	3.402.300	3.409.043	1.300.265	4.709.308	4.708.864	4.709.308	4.720.291
Carteira própria (*)	136	616.994	617.130	432.132	1.049.262	1.049.168	1.049.262	1.049.262
Letras Financeiras								
Tesouro	136	616.994	617.130	432.132	1.049.262	1.049.168	1.049.262	1.049.262
Vinculados a operações compromissadas	6.607	2.758.304	2.764.911	866.071	3.630.982	3.630.632	3.630.982	3.630.982
Letras Financeiras								
Tesouro	6.607	2.758.304	2.764.911	866.071	3.630.982	3.630.632	3.630.982	3.630.982
Vinculados a prestação de garantias (**)	-	27.002	27.002	2.062	29.064	29.064	29.064	40.047
Letras Financeiras								
Tesouro	-	27.002	27.002	2.062	29.064	29.064	29.064	40.047
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	81.088	81.088	81.088	81.088	81.088
Carteira própria	-	-	-	81.088	81.088	81.088	81.088	81.088
Cotas - FIDC	-	-	-	81.088	81.088	81.088	81.088	81.088
Total	6.743	3.402.300	3.409.043	1.381.353	4.790.396	4.789.952	4.790.396	4.801.379

(*) Distribuição de prazos efetuada com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.

(**) O saldo contábil inclui R\$ 25.651 no Banco e Consolidado referente à margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos, R\$ 2.973 no Banco e R\$ 13.956 no Consolidado referente a processos judiciais e R\$ 440 no Banco e Consolidado referente outras garantias.

Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do BACEN, e os títulos privados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e as cotas de FIDC são custodiadas nas instituições custodiantes nomeadas pelo Administrador dos Fundos.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nos preços unitários divulgados pela ANBIMA na data de balanço e o das cotas de fundos de investimento pelo valor da cota na data do balanço divulgado pelo administrador do fundo.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

7. CARTEIRA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Política de utilização

Em função da Regra de *Paul Volcker*, aplicável ao Grupo CCB globalmente, as operações da carteira *trading* do CCB Brasil estão restritas às operações de derivativos com clientes e devem sempre ter *hedge*. Durante o exercício vigente e com o objetivo de mitigar o risco de mercado que é oriundo dos descasamentos entre os ativos e passivos do Conglomerado, o CCB Brasil realizou a negociação de derivativos tradicionais e não complexos (*plain vanilla*) visando sobretudo atender à necessidade de clientes, sempre com respectivos hedges, como também utilizou deste instrumento para proteção de exposição a taxas de juros da carteira banking.

b) Proteção das Exposições Cambiais

O CCB Brasil efetua operações de Swap, NDF (termo de moeda) e Mercado Futuro para fins de hedge de obrigações com títulos emitidos no exterior e de *funding* em moeda estrangeira recebido. Com isto, há a possibilidade de se proteger do risco de variação da moeda e do cupom cambial que tais transações estão naturalmente sujeitas, e assim, se resguardando de oscilações inesperadas e impactantes por meio de hedge econômico e contábil, quando aplicável.

c) Proteção do Portfólio com Taxas Prefixadas

O CCB Brasil adota a estratégia de adquirir contratos futuros de DI, avaliando o montante alocado por prazo do portfólio de crédito e o montante por vencimento dos contratos futuros de DI. Tendo em vista que o portfólio de crédito, objeto do *hedge*, está distribuído entre as empresas (Banco e Financeira), e por sua vez, os contratos futuros estão todos concentrados no Banco, desta forma, a designação do *fair value hedge* dessa relação foi aplicada apenas no balanço consolidado. A cobertura do *hedge* é monitorada diariamente e avaliada trimestralmente para fins de efetividade e manutenção do *hedge* contábil, e atende critérios que consideram a carteira total deduzida dos atrasos e o pré-pagamento. A Tesouraria do Banco avalia a necessidade de compra ou venda de novos contratos futuros de DI para contrabalançar o ajuste a valor de mercado do objeto de *hedge* com o objetivo de garantir uma efetividade do *hedge* no intervalo de 80% a 125% considerando a relação entre a variação à mercado do *layer* protegido, objeto de *hedge* designado e a variação à mercado dos contratos futuros de DI.

d) Gerenciamento de risco

O CCB Brasil opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o gerenciamento de riscos de mercado, que decorrem, basicamente, de normais descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas.

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 30 de junho de 2020 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros e cupom de dólar que visam maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se das métricas VaR (para a carteira *trading*), EVE e NII (para a carteira *banking*), Rentabilidade e Risco de Liquidez.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

e) Critérios de mensuração do valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

- **Futuros e Termo:** cotações em bolsas, e
- **Swap:** estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior, quando aplicável.

f) Registro dos valores

Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do BACEN.

Contabilmente, os instrumentos derivativos são classificados, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN e suas atualizações posteriores.

As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco até 30 de junho de 2020), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Especificamente, para o *Hedge* de valor de Mercado, os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 30 de junho de 2020 apresentam as seguintes características:

BANCO E CONSOLIDADO							Valor de referência			
	Circulante	Não circulante	Diferencial a receber	Circulante	Não Circulante	Diferencial a pagar	Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)			
							A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	Total Circulante	Não circulante Total
Contratos de Swap										
Mercado Interfinanceiro	365	1.457	1.822	-	245	245	220.478	(713.603)	(493.125)	(12.779)
Moeda Estrangeira	24.196	111.326	135.522	93.722	69.509	163.231	(231.855)	642.163	410.308	12.109
Pré	130	-	130	-	-	-	11.377	71.440	82.817	670
Subtotal	24.691	112.783	137.474	93.722	69.754	163.476				
Ajuste ao Valor de Mercado	(4.649)	3.829	(820)	(3.233)	551	(2.682)	-	-	-	-
Total	20.042	116.612	136.654	90.489	70.305	160.794				
Contratos de Termo/NDF										
Compra de Termo/NDF	48.520	6.086	54.606	6.375	-	6.375	477.247	329.910	807.157	60.784
Venda de Termo/NDF	5.545	-	5.545	7.658	-	7.658	(427.575)	(69.410)	(496.985)	-
Subtotal	54.065	6.086	60.151	14.033	-	14.033				
Total	74.107	122.698	196.805	104.522	70.305	174.827				

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Contratos Futuros (*)										
Compra – Mercado										
Interfinanceiro	68	-	68	-	-	-	188.421	247.492	435.913	57.492
Venda – Mercado										
Interfinanceiro	1	-	1	951	-	951	(189.984)	(420.483)	(610.467)	(1.228.994)
Compra – DDI – Cupom										
Cambial	1.259	-	1.259	385	-	385	279.693	754.184	1.033.877	-
Venda – DDI – Cupom										
Cambial	500	-	500	7	-	7	(681.073)	(180.576)	(861.649)	(66.733)
Compra – Moeda										
Estrangeira	26	-	26	1.873	-	1.873	769.837	-	769.837	-
Venda – Moeda										
Estrangeira	824	-	824	762	-	762	(1.545.681)	-	(1.545.681)	-
Total	2.678	-	2.678	3.978	-	3.978				

(*) O registro dos valores a pagar e valores a receber dos contratos futuros estão apresentados nas rubricas de Outros Instrumentos Financeiros Ativos (nota 10) e Outros Instrumentos Financeiros Passivos (Nota 20).

Os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2019 apresentam as seguintes características:

BANCO E CONSOLIDADO							Valor de referência			
							Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)			
							A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	Total Circulante	Não circulante
										Total
Contratos de Swap										
Mercado Interfinanceiro	5.265	2.181	7.446	-	2.130	2.130	83.471	(132.377)	(48.906)	(19.977)
Moeda Estrangeira	374.890	30.783	405.673	3.048	4.326	7.374	(187.454)	97.838	(89.616)	19.977
Pré	2.048	1.431	3.479	-	1.371	1.371	103.983	34.539	138.522	-
Subtotal	382.203	34.395	416.598	3.048	7.827	10.875				
Ajuste ao Valor de Mercado	5.515	2.773	8.288	148	95	243				
Total	387.718	37.168	424.886	3.196	7.922	11.118				
Contratos de Termo/NDF										
Compra de Termo/NDF	60	-	60	3.405	136	3.541	53.978	66.747	120.725	7.029
Venda de Termo/NDF	179	-	179	231	-	231	(26.231)	(28.864)	(55.095)	-
Subtotal	239	-	239	3.636	136	3.772				
Total	387.957	37.168	425.125	6.832	8.058	14.890				
Contratos Futuros (*)										
Compra – Mercado										
Interfinanceiro	4	-	4	1	-	1	-	75.575	75.575	10.896
Venda – Mercado										
Interfinanceiro	9	-	9	753	-	753	(96.998)	(783.356)	(880.354)	(1.007.887)
Compra – DDI – Cupom										
Cambial	-	-	-	1.697	-	1.697	173.774	81.114	254.888	-
Venda – DDI – Cupom										
Cambial	418	-	418	-	-	-	-	(49.746)	(49.746)	(9.752)
Compra – Moeda										
Estrangeira	-	-	-	4.493	-	4.493	-	659.681	659.681	-
Venda – Moeda										
Estrangeira	5.725	-	5.725	1	-	1	-	(848.814)	(848.814)	-
Total	6.156	-	6.156	6.945	-	6.945				

(*) O registro dos valores a pagar e valores a receber dos contratos futuros estão apresentados nas rubricas de Outros Instrumentos Financeiros Ativos (nota 10) e Outros Instrumentos Financeiros Passivos (Nota 20).

As operações de “swap” e “NDF” encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes referentes à diferença a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, em contrapartida de receita ou despesa. As operações de “mercado futuro” encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes apropriados/pagos diariamente são contabilizados como receita ou despesa.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

O montante das margens depositadas em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tem a seguinte composição:

BANCO E CONSOLIDADO					
Título	Vencimento	30/06/2020		31/12/2019	
		Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
LFT	01/09/2020	44.365	44.365	25.651	25.651

g) Hedge accounting

Operação de Crédito Pessoas Físicas

O CCB Brasil detém portfólios de empréstimos consignados de funcionários públicos e aposentados, e operações de financiamento de veículos. Os créditos são concedidos a taxas pré-fixadas, expondo o CCB Brasil ao risco de mercado decorrente das oscilações da taxa referencial dos depósitos interbancários (CDI), indexador no qual o custo de *funding* e o gerenciamento de risco do CCB Brasil são controlados. Desta forma, para cobertura do risco da taxa pré-fixada às oscilações do CDI, a partir de janeiro de 2017, a tesouraria do Banco adquire contratos futuros de DI em uma relação de quantidades x vencimentos que compensem o efeito de ajuste a valor de mercado do objeto de *hedge*, sendo os efeitos desta estrutura de *hedge* de valor justo registrados exclusivamente nas demonstrações contábeis consolidadas.

30/06/2020	Objeto de Hedge		Instrumento de Hedge		
	Valor Curva	Valor Justo	Valor da Inefitividade	Valor Nominal	Variação no valor reconhecido no resultado
Risco de Taxa de Juros	Ativos	Ativos			
Hedge de Operações de Credito	1.607.261	1.723.475	10.001	1.672.166	106.213
Total	1.607.261	1.723.475	10.001	1.672.166	106.213

31/12/2019	Objeto de Hedge		Instrumento de Hedge		
	Valor Curva	Valor Justo	Valor da Inefitividade	Valor Nominal	Variação no valor reconhecido no resultado
Risco de Taxa de Juros	Ativos	Ativos			
Hedge de Operações de Credito	1.337.367	1.439.810	10.331	1.660.140	92.112
Total	1.337.367	1.439.810	10.331	1.660.140	92.112

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

8. CARTEIRA DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Diversificação por tipo de operação

	BANCO		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Capital de giro e descontos	4.240.212	3.077.226	4.248.602	3.086.220
Crédito pessoal consignado	1.847.284	1.763.711	2.522.624	2.553.281
Financiamentos a importação	515.079	310.159	515.079	310.159
Financiamentos a exportação	3.074.117	2.056.261	3.074.117	2.056.261
Financiamentos rurais e agroindustriais	441.972	521.873	441.972	521.873
Financiamentos de veículos	56.930	7.663	89.951	65.079
Operações de crédito vinculados a cessão (*)	77.528	101.332	-	-
Fiança Honrada	72.236	16.789	72.236	16.789
Devedores por compra de valores e bens	45.312	54.807	45.312	54.807
Outros	223.529	334.901	224.528	336.617
Operações de crédito	10.594.199	8.244.722	11.234.421	9.001.086
Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	85.515	88.748
Total de operações de crédito e arrendamento mercantil	10.594.199	8.244.722	11.319.936	9.089.834
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (**)	1.573.939	1.491.412	1.573.939	1.491.412
TOTAL	12.168.138	9.736.134	12.893.875	10.581.246

(*) Referem-se a operações de crédito consignado cedidas com coobrigação à CCB Financeira, classificadas como Crédito Pessoal Consignado no consolidado (nota 8.f).

(**) As operações de adiantamentos sobre contrato de câmbio estão registradas no balanço na rubrica "Passivo - Operações de câmbio" (nota 9), acrescidas das rendas a receber sobre adiantamentos concedidos, que se encontram na rubrica "Ativo - Operações de câmbio".

b) Diversificação por setor de atividade

	BANCO		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Setor Privado	10.218.277	7.835.702	10.303.791	7.924.450
Outros serviços	3.051.313	2.333.039	3.123.197	2.409.898
Indústria	4.356.135	3.326.167	4.361.365	3.328.507
Comércio	2.489.455	1.948.674	2.497.855	1.958.223
Agronegócio	321.374	227.822	321.374	227.822
Pessoas físicas	1.949.861	1.900.432	2.590.084	2.656.796
Total	12.168.138	9.736.134	12.893.875	10.581.246

c) Diversificação por prazos – por parcela

	BANCO				CONSOLIDADO			
	30/06/2020	%	31/12/2019	%	30/06/2020	%	31/12/2019	%
Vencidos a partir de 15 dias	122.670	1,01	114.939	1,18	132.894	1,03	124.126	1,17
Até 03 meses	2.709.367	22,27	2.358.437	24,22	2.896.413	22,46	2.539.028	24,00
De 03 meses até 01 ano	5.152.367	42,34	3.609.054	37,07	5.333.144	41,36	3.818.834	36,09

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Total Circulante	7.984.404	65,62	6.082.430	62,47	8.362.451	64,86	6.481.988	61,26
Não Circulante	4.183.734	34,38	3.653.704	37,53	4.531.424	35,14	4.099.258	38,74
Total	12.168.138	100	9.736.134	100	12.893.875	100	10.581.246	100

d) Composição da carteira por níveis de risco

30/06/2020						
Nível de risco	BANCO			CONSOLIDADO		
	Base de cálculo	% (*)	Provisão	Base de cálculo	% (*)	Provisão
AA	3.361.728	27,63	-	3.478.008	26,98	-
A	3.903.620	32,08	19.518	4.407.515	34,18	22.037
B	2.958.230	24,31	29.582	2.976.176	23,08	29.762
C	1.534.953	12,61	46.048	1.546.845	12,00	46.405
D	1.100	0,01	110	1.899	0,01	190
E	546	0,01	164	745	0,01	224
F	19.993	0,16	9.996	22.402	0,17	11.201
G	41.928	0,35	29.350	51.229	0,40	35.860
H	346.040	2,84	346.040	409.056	3,17	409.056
Total	12.168.138	100	480.808	12.893.875	100	554.735

(*) Percentual da carteira de crédito por rating sobre a carteira total.

31/12/2019						
Nível de risco	BANCO			CONSOLIDADO		
	Base de cálculo	% (*)	Provisão	Base de cálculo	% (*)	Provisão
AA	3.082.405	31,66	-	3.184.922	30,10	-
A	3.862.861	39,68	19.314	4.485.503	42,39	22.427
B	2.268.573	23,30	22.686	2.281.420	21,56	22.814
C	94.340	0,97	2.830	98.457	0,93	2.953
D	1.159	0,01	116	2.036	0,02	204
E	5.375	0,06	1.613	6.140	0,06	1.842
F	9.190	0,09	4.595	11.071	0,10	5.536
G	41.138	0,42	28.796	52.501	0,50	36.751
H	371.093	3,81	371.093	459.196	4,34	459.196
Total	9.736.134	100	451.043	10.581.246	100	551.723

(*) Percentual da carteira de crédito por rating sobre a carteira total.

e) Níveis de concentração de risco

	CONSOLIDADO			
	30/06/2020		31/12/2019	
	R\$	%	R\$	%
Maior devedor	394.604	3,06	289.093	2,73
10 Maiores devedores	2.289.259	17,75	2.046.675	19,34
100 Maiores devedores	7.847.350	60,86	6.471.036	61,16

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

f) Cessão de crédito

f1) Cessão de crédito interbancário

Em exercícios anteriores aos apresentados foram realizadas operações de cessão de crédito consignado com a sua controlada, CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 3.533/08, que determinou novos critérios para reconhecimento contábil e classificação das operações de cessão de crédito, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012. As referidas cessões estão classificadas na categoria de “operações com retenção substancial de risco e benefícios” e apresentam o saldo de R\$ 77.528 (Dezembro/19 – R\$ 101.332), e o valor registrado como obrigações por operações vinculadas à cessão é de R\$ 83.663 (Dezembro/19 – R\$ 109.662). A despesa das obrigações vinculadas registrada no semestre foi de R\$ 9.918 (Junho/19 receita de R\$ 16.845), decorrentes da apropriação “pro rata temporis” pelo prazo de cada contrato cedido. As cessões estão sujeitas à aplicação da Resolução CMN nº 2.682/99, para efeito de classificação de risco de crédito e constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

9. OPERAÇÕES DE CâMBIO

		BANCO E CONSOLIDADO	
		30/06/2020	31/12/2019
Ativo			
Câmbio comprado a liquidar		2.015.981	1.484.340
Direitos sobre vendas de câmbio		239.497	11.719
Rendas a receber de adiantamentos concedidos		24.141	13.462
Adiantamentos recebidos em moeda nacional		(2.768)	(2.566)
Total		2.276.851	1.506.955
Circulante		2.276.851	1.506.955
Total		2.276.851	1.506.955
		BANCO E CONSOLIDADO	
		30/06/2020	31/12/2019
Passivo			
Obrigações por compras de câmbio		1.781.456	1.484.093
Adiantamentos sobre contratos de câmbio		(1.549.798)	(1.477.950)
Câmbio vendido a liquidar		244.595	11.625
Rendas a apropriar de valores concedidos		27	-
Total		476.280	17.768
Circulante		476.280	17.768
Total		476.280	17.768

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

10. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS - ATIVO

	BANCO		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Devedores por depósitos em garantia (nota 22.d)	428.265	437.366	434.913	443.444
Rendas a receber	27.433	24.931	18.914	16.410
Sem características de concessão de crédito	4.344	9.272	8.484	12.421
Negociação e intermediação de valores (*)	2.678	6.156	2.678	6.156
Total	462.720	477.725	464.989	478.431
Circulante	20.691	31.074	13.870	23.193
Não circulante	442.029	446.651	451.119	455.238
Total	462.720	477.725	464.989	478.431

(*) Inclui R\$ 42 de Outras comissões a pagar (Dezembro/19 – R\$ 12).

11. PROVISÃO PARA PERDA ESPERADA AO RISCO DE CRÉDITO

Em 30 de junho de 2020 a carteira de contratos renegociados representa o montante de R\$ 262.902 (Dezembro/19 – R\$ 268.492) no Banco e R\$ 485.852 (Dezembro/19 – R\$ 516.695) no Consolidado. O saldo de recuperação de contratos em prejuízo é de R\$ 6.945 (Junho/19 – R\$ 5.483) no Banco e R\$ 15.783 (Junho/19 – R\$ 14.319) no Consolidado.

	BANCO		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Saldo inicial	451.043	469.025	551.723	539.934
Constituição/ reversão de provisão para créditos do semestre	201.628	20.660	192.783	38.871
Subtotal	652.671	489.685	744.506	578.805
Baixas para prejuízo	(171.863)	(58.040)	(189.771)	(87.822)
Saldo final	480.808	431.645	554.735	490.983
Recuperação de créditos baixados	6.945	5.483	15.783	14.319
Percentual da provisão sobre carteira	3,95	5,77	4,30	5,93
Circulante	178.212	175.738	222.876	178.536
Não circulante	302.596	255.907	331.859	312.447
Saldo final	480.808	431.645	554.735	490.983

Em 30 de junho de 2020 o CCB Brasil apresentou um saldo de R\$ 214.491 (Junho/19 – R\$ 244.764) de provisão para os créditos renegociados no Banco e R\$ 234.087 (Junho/19 – R\$ 269.684) no Consolidado.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

12. ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA

São representados principalmente por bens recebidos em liquidação de operações de crédito.

	BANCO		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Imóveis	313.771	348.666	316.411	351.306
Máquinas e equipamentos	17.854	26.869	18.099	27.114
Veículos e afins	1.230	1.488	8.755	13.559
Outros	629	629	629	629
Subtotal	333.484	377.652	343.894	392.608
Provisão p/ desvalorização de outros valores e bens	(139.949)	(149.489)	(145.123)	(157.382)
Total	193.535	228.163	198.771	235.226

13. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

As principais informações das sociedades controladas diretas e em conjunto pelo Banco são assim demonstradas:

Nome da empresa	30/06/2020				31/12/2019		
	Número ações/cotas possuídas	% participação	Patrimônio Líquido	Lucro/(prejuízo) líquido	Resultado de Equivalência patrimonial	Valor contábil investimentos	Valor contábil investimentos
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	180.920.168	100%	266.657	2.378	2.378	266.657	264.279
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	14.223.228	100%	21.054	167	167	21.054	20.887
CCB Brasil Informática S.A.	50.000	100%	779	2	2	779	776
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	3.670.000	100%	9.106	(85)	(85)	9.106	9.192
CCB Brasil S.A. - CFI (*)	116.405.774	100%	15.743	(5.877)	(7.269)	15.743	27.394
Brasifactors S.A. (**)	62.931	50%	(4.090)	142	71	(2.045)	(2.116)
Total					(4.736)	313.339	322.528

(*) No valor contábil de investimentos está incluso o ágio, líquido de amortizações, no valor de R\$ - (Dezembro/19 – R\$ 4.383), apurado na aquisição da CCB Brasil S.A. – CFI, reclassificado para o Intangível no consolidado. Adicionalmente, contempla ajuste no valor do investimento registrado em contrapartida ao resultado de equivalência patrimonial do Banco no 1º semestre de 2020 no montante de R\$ 1.393, reconhecido pela CCB Brasil S.A. - CFI no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

(**) Em decorrência do Patrimônio Líquido da Brasifactors S.A. apresentar saldo devedor, o montante equivalente a participação do Banco está registrado em Outras obrigações.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

14. ATIVOS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

- a) **Créditos tributários diferidos:** o imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados em Ativos Fiscais, apresentaram a seguinte movimentação no semestre:

Descrição	BANCO				CONSOLIDADO
	31/12/2019	Realizações	Adições	Baixa Res. nº 3.059/02	30/06/2020
Imposto de Renda					
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	195.229	(4.788)	46.159	-	236.600
Provisão para desvalorização de bens não de uso	37.372	(10.458)	-	(12.703)	14.211
Provisão para contingências e outras	267.084	(34.768)	32.485	(19.160)	245.641
Subtotal	499.685	(50.014)	78.644	(31.863)	496.452
Prejuízo fiscal	174.173	-	-	(168.790)	5.383
Subtotal – Crédito Tributário IRPJ	673.858	(50.014)	78.644	(200.653)	501.835
Contribuição Social					
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	156.183	(3.832)	36.926	-	189.277
Provisão para desvalorização de bens não de uso	29.897	(8.366)	-	(10.161)	11.370
Provisão para contingências e outras	213.669	(27.815)	25.989	(15.330)	196.513
Subtotal	399.749	(40.013)	62.915	(25.491)	397.160
Base negativa da CSLL acumulada	146.371	-	-	(142.065)	4.306
Subtotal – Crédito Tributário CSLL	546.120	(40.013)	62.915	(167.556)	401.466
Total – Crédito Tributário IRPJ/CSLL	1.219.978	(90.027)	141.559	(368.209)	903.301

Além das baixas mencionadas acima, o CCB Brasil não registrou novos créditos tributários decorrentes diferenças temporárias no montante de R\$ 43.075, por não haver, segundo estimativas, capacidade de geração de resultados fiscais positivos nos próximos dez anos suficientes para absorver tais créditos.

Descrição	BANCO				CONSOLIDADO
	31/12/2018	Realizações	Adições	30/06/2019	30/06/2019
Imposto de Renda					
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	158.234	(2.345)	9.528	165.417	186.246
Provisão para desvalorização de bens não de uso	38.857	(1.819)	1.154	38.192	40.211
Provisão para contingências e outras	258.340	(33.449)	43.251	268.142	278.144
Subtotal	455.431	(37.613)	53.933	471.751	504.601
Prejuízo fiscal	206.231	(2.831)	-	203.400	220.288
Subtotal – Crédito Tributário IRPJ	661.662	(40.444)	53.933	675.151	724.889

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Contribuição Social

Provisão para perda esperada ao risco de crédito	94.940	(1.875)	6.186	99.251	111.750
Provisão para desvalorização de bens não de uso	23.314	(1.455)	1.056	22.915	24.126
Provisão para contingências e outras	155.006	(26.759)	32.638	160.885	166.885
Subtotal	273.260	(30.089)	39.880	283.051	302.761
Base negativa da CSLL acumulada	126.656	(1.698)	-	124.958	130.430
Subtotal – Crédito Tributário CSLL	399.916	(31.787)	39.880	409.009	433.191
Total – Crédito Tributário IRPJ/CSLL	1.061.578	(72.231)	93.813	1.083.160	1.158.080

Realização dos créditos tributários - com base em estudo técnico, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros, em valor suficiente para a realização total dos créditos tributários existentes na data do balanço, no período de 10 anos, assim distribuídos:

BANCO												30/06/2020	31/12/2019
Ano	Realização dos Créditos Tributários											Total	Total
Projetado	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029			
Valor													
Projetado	-	99.860	194.308	158.703	70.829	14.915	10.681	10.953	10.681	332.371		903.301	1.219.978
Valor													
Presente (*)	-	96.582	183.794	146.813	64.081	13.197	9.243	9.270	8.840	269.043		800.863	933.573
%													
Realização	-	11,1%	21,5%	17,6%	7,8%	1,7%	1,2%	1,2%	1,2%	36,7%		100,0%	

(*) Calculado com base na taxa Selic projetada.

CONSOLIDADO												30/06/2020	31/12/2019
Ano	Realização dos Créditos Tributários											Total	Total
Projetado	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029			
Valor													
Projetado	8.385	117.815	209.238	165.060	73.211	15.019	10.785	11.057	10.785	342.729		964.084	1.318.325
Valor													
Presente (*)	8.292	113.948	197.916	152.694	66.235	13.289	9.333	9.358	8.926	277.428		857.419	1.018.520
%													
Realização	0,9%	12,2%	21,7%	17,1%	7,6%	1,6%	1,1%	1,1%	1,1%	35,6%		100,0%	

(*) Calculado com base na taxa Selic projetada.

A realização e manutenção do registro do crédito tributário depende da geração de lucros tributáveis futuros e do atendimento aos prazos e condição de realização definidos pela Resolução CMN nº 3.059/02.

Nesse contexto a referida Resolução estabelece que o registro contábil de crédito tributário só pode ser efetuado na condição em que o Banco apresente histórico de lucros tributários para fins de imposto de renda e contribuição social, comprovado pela ocorrência dessa situação em pelo menos três, dos últimos cinco exercícios sociais. O Banco apresentou prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social nos exercícios sociais de 2015, 2016, 2017 e 2018.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Desta forma, não obstante a baixa de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$ 336.827 no Consolidado, além da baixa de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias no montante de R\$ 57.354, totalizando R\$ 394.181, a exemplo de exercícios anteriores, antes do encerramento do exercício de 2020, a Administração irá apresentar ao Banco Central do Brasil novo estudo técnico para realização de créditos tributários, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.059/02 alterada pela Resolução CMN nº 4.441/15 e Circular nº 3.776/15 do BACEN, requerendo a aprovação da manutenção do saldo de créditos tributários, para os quais o Consolidado possui a expectativa de realização, conforme estudo técnico de realização de crédito tributário, em até 10 anos.

Diante do exposto, o Consolidado possui créditos tributários não ativados decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social no valor total de R\$ 1.252.931 (Dezembro – R\$ 773.991), além de créditos tributários oriundos de diferenças temporárias no montante de R\$ 100.429, para os quais não há expectativa de realização no prazo previsto pela Resolução CMN nº 3.059/02 de até 10 anos.

b) Crédito presumido

Diante do elevado estoque de diferenças temporárias decorrentes de perdas de crédito ocorridas a partir de 2014, o Banco optou por apurar Crédito Presumido no montante de R\$ 380.662, segundo critérios estabelecidos pela Lei nº 12.838/13 e Circular nº 3.624/13 do BACEN, que requerem a apuração de prejuízo fiscal e créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para crédito de liquidação duvidosa, apurados e existentes no ano-calendário anterior.

Ainda conforme a Lei nº 12.838/13 a Receita Federal poderá verificar a exatidão dos créditos presumidos apurados pelo prazo de cinco anos, contado da data do pedido de ressarcimento, que poderá ser em espécie ou em títulos da dívida pública mobiliária federal, podendo haver dedução de valores de natureza tributária ou não tributária devidos à Fazenda Nacional.

Durante o primeiro semestre de 2020 o Banco recuperou R\$ 96 (Junho/19 – R\$ 262), decorrentes de operações de crédito integrantes da base de cálculo do crédito presumido, cujos tributos diferidos, no montante de R\$ 43 (Dezembro/19 - R\$ 9.459), foram registrados em Obrigações fiscais, dado que estes valores serão tributados por ocasião do ressarcimento do crédito pela Fazenda Nacional.

A Administração entende que, dado ao cenário macroeconômico e a expectativa de geração de resultados tributáveis futuros pelo CCB Brasil, a opção pelo Crédito Presumido representa a melhor alternativa para reduzir o tempo de realização das diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa.

	2014	2015	2016	30/06/2020	31/12/2019
Crédito Presumido Constituído	78.983	107.450	194.229	380.662	380.662
Passivo Fiscal Diferido	(8.998)	(24.583)	(48.601)	(82.182)	(82.139)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

c) Passivo fiscal diferido

	BANCO			CONSOLIDADO	
	31/12/2019	Variação no PL	Variação no Resultado	30/06/2020	30/06/2020
Imposto de Renda					
Empréstimos vinculados (Res. nº 2.921)	112.373	-	11.123	123.496	123.496
Atualização monetária de depósitos judiciais	19.048	-	1.103	20.151	20.373
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	2.692	(112)	1.759	4.339	4.339
Hedge Accounting	-	-	-	-	29.053
Superveniência de Depreciação	-	-	-	-	3.998
Subtotal Imposto de Renda	134.113	(112)	13.985	147.986	181.259
Contribuição Social					
Empréstimos vinculados (Res. nº 2.921)	89.898	-	8.898	98.796	98.796
Atualização monetária de depósitos judiciais	15.239	-	884	16.123	16.257
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	2.132	(65)	1.406	3.473	3.473
Hedge Accounting	-	-	-	-	23.243
Subtotal Contribuição Social	107.269	(65)	11.188	118.392	141.769
Total impostos diferidos	241.382	(177)	25.173	266.378	323.028
Crédito presumido – Lei nº 12.838/13	82.139	-	43	82.182	82.182
Total	325.521	(177)	25.216	348.560	405.210

	BANCO				CONSOLIDADO	
	31/12/2018	Variação no PL	Variação no Resultado	Reclassificação	30/06/2019	30/06/2019
Imposto de Renda						
Empréstimos vinculados (Res. nº 2.921)	99.648	-	3.705	-	103.353	103.353
Atualização monetária de depósitos judiciais	15.685	-	1.746	-	17.431	17.648
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	7.234	42.305	-	-	49.539	67.560
Hedge Accounting	-	-	-	-	-	10.166
Superveniência de Depreciação	-	-	-	-	-	2.092
Subtotal Imposto de Renda	122.567	42.305	5.451	-	170.323	200.819
Contribuição Social						
Empréstimos vinculados (Res. nº 2.921)	59.788	-	2.224	-	62.012	62.012
Atualização monetária de depósitos judiciais	9.411	-	1.047	-	10.458	10.589
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	4.341	24.829	-	-	29.170	39.982

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Hedge Accounting	-	-	-	-	-	6.100
Subtotal Contribuição Social	73.540	24.829	3.271	-	101.640	118.683
Total impostos diferidos	196.107	67.134	8.722	-	271.963	319.502
Crédito presumido – Lei nº 12.838/13	-	-	43	72.743	72.786	72.786
Total	196.107	67.134	8.765	72.743	344.749	392.288

d) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Apuração	30/06/2020			
	BANCO		CONSOLIDADO	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(181.254)	(181.254)	(125.191)	(125.191)
Base de cálculo	(181.254)	(181.254)	(125.191)	(125.191)
Adições temporárias	414.653	414.653	435.935	435.935
Adições permanentes	52.565	52.565	52.594	52.594
Exclusões	(601.768)	(601.768)	(670.499)	(666.435)
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL	(315.804)	(315.804)	(307.161)	(303.097)
(+) Resultado Fiscal negativo das empresas consolidadas	-	-	321.664	317.600
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal/Base de Cálculo Negativa CSLL	-	-	(4.274)	(4.274)
Prejuízo Fiscal/Lucro Real e Base de Cálculo do IR e CSLL	(315.804)	(315.804)	10.229	10.229
Encargos às alíquotas de 15% para IR e CSLL	-	-	1.539	1.542
Adicional de 10% de IR	-	-	1.002	-
Impostos correntes	-	-	2.541	1.542
Conciliação do resultado				
Impostos correntes	-	-	2.541	1.542
Imposto de Renda e CSLL Diferido	14.009	11.207	18.480	13.969
(=) Provisão IR e CSLL	14.009	11.207	21.021	15.511
Constituição de crédito tributário (sobre adições temporárias)	(78.636)	(62.907)	(89.721)	(69.559)
Constituição de crédito tributário (s/ base de cálculo negativa CSLL – diferença de alíquota 5%)	-	-	(1.494)	(286)
Baixa de créditos tributários Resol. nº 3.059/02	200.653	167.556	216.941	177.240
Realização do crédito tributário (sobre reversão de adições temporárias)	50.016	40.010	68.556	51.187
(=) Efeito líquido do crédito tributário	172.033	144.659	194.282	158.582
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	186.042	155.866	215.303	174.093

Apuração	30/06/2019			
	BANCO		CONSOLIDADO	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(120.551)	(120.551)	(105.813)	(105.813)
(-) Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	-	-	(6.000)	(6.000)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

(+) Juros sobre o capital próprio recebidos ⁽²⁾	-	-	6.000	6.000
Base de cálculo	(120.551)	(120.551)	(105.813)	(105.813)
Adições temporárias	220.985	220.985	259.964	259.964
Adições permanentes ⁽³⁾	79.999	79.999	80.107	80.107
Exclusões	(315.505)	(315.505)	(376.531)	(376.531)
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL	(135.072)	(135.072)	(142.273)	(142.273)
(+) Resultado Fiscal negativo das empresas consolidadas	-	-	115.961	134.827
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL	(135.072)	(135.072)	(26.312)	(7.446)
Encargos às alíquotas de 15% para IR e CSLL	-	-	1.974	354
Adicional de 10% de IR	-	-	1.296	-
Impostos correntes	-	-	3.270	354
Conciliação do resultado				
Impostos correntes	-	-	3.270	354
Imposto de Renda e CSLL Diferido	5.478	3.287	6.854	5.733
(=) Provisão IR e CSLL	5.478	3.287	10.123	6.087
Constituição de crédito tributário (sobre adições temporárias)	(53.933)	(39.880)	(68.279)	(48.486)
Baixa de créditos tributários. Resol. nº 3.059/02	-	-	2.554	1.532
Realização do crédito tributário (sobre reversão de adições temporárias)	40.444	31.787	56.945	41.686
Realização do crédito tributário (sobre compensação prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	-	-	(5.831)	(3.498)
(=) Efeito líquido do crédito tributário	(13.489)	(8.093)	(14.611)	(8.766)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.011)	(4.806)	(4.488)	(2.679)

⁽¹⁾ A partir de 2019, nos termos da Resolução CMN nº 4.706/18, artigo 2º, os valores relativos à remuneração do capital, declarada ou proposta, devem ser reconhecidos no passivo, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados ou de reservas.

⁽²⁾ A partir de 2019, nos termos da Resolução CMN nº 4.706/18, artigo 4º, a remuneração de capital auferida de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, deve ser reconhecida no ativo, em contrapartida ao respectivo investimento.

⁽³⁾ O valor das adições permanentes contempla R\$ 6.000 recebidos a título de Juros sobre Capital Próprio da CCB Brasil Arrendamento S.A..

15. OUTROS ATIVOS

	BANCO		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Pagamentos a ressarcir	29.334	30.437	30.727	31.429
Devedores diversos no país	21.087	18.333	21.789	19.345
Relações interfinanceiras	12.671	4.770	12.671	4.770
Outros	4.486	26.143	5.902	27.410
Total	67.578	79.683	71.089	82.954
Circulante	38.244	49.246	40.362	51.525

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Não circulante	29.334	30.437	30.727	31.429
Total	67.578	79.683	71.089	82.954

16. CAPTAÇÕES NO MERCADO

30/06/2020							
	BANCO						CONSOLIDADO
	Sem vencimento	Até 03 meses	De 03 meses a 01 ano	Total Circulante	Não Circulante	Total	Total
Depósitos a vista	132.239	-	-	132.239	-	132.239	131.208
Depósitos de poupança	2.935	-	-	2.935	-	2.935	2.935
Depósitos interfinanceiras	-	202.946	28.309	231.255	215.114	446.369	234.675
Depósitos a prazo (*)	-	791.749	2.004.667	2.796.416	2.854.809	5.651.225	5.645.346
Obrigações por operações compromissadas	-	4.741.463	64.857	4.806.320	2.031	4.808.351	4.788.060
Letras de crédito imobiliários – LCI	-	2.301	2.791	5.092	-	5.092	5.092
Letras de crédito do agronegócio - LCA	-	134.501	76.544	211.045	26.220	237.265	236.386
Letra financeira - LF	-	81.415	809.282	890.697	229.033	1.119.730	1.119.730
Total	135.174	5.954.375	2.986.450	9.075.999	3.327.207	12.403.206	12.163.432

31/12/2019							
	BANCO						CONSOLIDADO
	Sem vencimento	Até 03 meses	De 03 meses a 01 ano	Total Circulante	Não Circulante	Total	Total
Depósitos a vista	87.757	-	-	87.757	-	87.757	86.581
Depósitos de poupança	2.977	-	-	2.977	-	2.977	2.977
Depósitos interfinanceiros	-	143.323	179.133	322.456	247.726	570.182	340.228
Depósitos a prazo (*)	-	456.183	1.417.360	1.873.543	1.287.189	3.160.732	3.157.944
Obrigações por operações compromissadas	-	6.602	2.757.095	2.763.697	864.905	3.628.602	3.603.525
Letras de crédito imobiliário - LCI	-	12.934	8.345	21.279	703	21.982	21.982
Letras de crédito do agronegócio - LCA	-	203.658	373.095	576.753	33.545	610.298	610.298
Letra financeira - LF	-	22.553	404.588	427.141	327.484	754.625	754.625
Total	90.734	845.253	5.139.616	6.075.603	2.761.552	8.837.155	8.578.160

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

As obrigações por empréstimos e repasses do exterior referem-se à captação de recursos para financiamento à importação e à exportação e repasses concedidos principalmente pelo controlador no exterior e órgãos multilaterais, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 1,79% a.a. (Dezembro/19 – 3,06% a.a.).

Os repasses do país são representados por recursos do Ministério da Agricultura na modalidade FUNCAFÉ e Ministério das Cidades nas modalidades PSH – Programa Social de Habitação e PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida.

Os vencimentos estão assim distribuídos:

BANCO E CONSOLIDADO							
	Até 1 mês	de 01 mês a 03 meses	De 03 meses a 01 ano	Total Circulante	Não Circulante	30/06/2020	31/12/2019
Repasses país - Instituições oficiais	-	49.986	23.305	73.291	17.039	90.330	223.975
No exterior	1.165.961	636.984	4.375.000	6.177.945	53.439	6.231.384	4.574.057
Empréstimo com a matriz	926.452	278.808	4.314.640	5.519.900	-	5.519.900	3.812.733
Empréstimos com a matriz – vinculados (*)	-	-	13.198	13.198	52.129	65.327	52.217
Demais empréstimos no exterior ⁽¹⁾	239.509	358.176	47.162	644.847	1.310	646.157	709.107
Total geral em 30 de junho 2020	1.165.961	686.970	4.398.305	6.251.236	70.478	6.321.714	-
Total geral em 31 de dezembro de 2019	549.694	159.013	3.993.263	4.701.970	96.061	-	4.798.031

⁽¹⁾ As operações de empréstimos e repasses do exterior, que contém cláusulas restritivas (“covenants”), são classificadas no curto prazo por motivo de desenquadramento de indicadores.

(*) Em 2017, o Banco realizou captações vinculadas a operações ativas de acordo com as condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.921/02, dentre elas:

- I - Vinculação entre os recursos captados e a operação ativa correspondente;
- II - Subordinação da exigibilidade dos recursos captados ao fluxo de pagamentos da operação ativa vinculada;
- III - Remuneração da operação ativa vinculada suficiente para cobrir os custos da operação de captação;
- IV - Compatibilidade entre os fluxos de caixa da operação ativa vinculada e da operação de captação;
- V - Prazo da operação de captação igual ou maior que os da operação ativa vinculada;
- VI - Postergação de qualquer pagamento ao credor, inclusive a título de encargos ou amortização, em caso de inadimplemento na operação ativa vinculada, e

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

VII - Não pagamento, total ou parcial, do principal e de encargos ao credor, na hipótese de a execução de garantias não ser suficiente para a liquidação da operação ativa vinculada, ou em outras situações de não liquidação dessa operação.

Em 30 de junho de 2020 o montante das captações vinculadas a operações ativas é de R\$ 559.310 (Dezembro/19 – R\$ 501.709), e o saldo das operações ativas é de R\$ 486.485 (Dezembro/19 – R\$ 473.046), sendo que R\$ 305.375 (Dezembro/19 – R\$ 291.483), estão representados por créditos que apresentam parcela vencida há mais de 1 dia.

Desta forma, visando apresentar a melhor estimativa de desembolso esperado em relação a obrigação vinculada, bem como a redução de assimetrias, a Administração retificou o saldo do grupo “Empréstimos no Exterior” pelo montante de R\$ 493.983 (Dezembro/19 – R\$ 449.492), sendo R\$ 44.492 (Junho/19 – R\$ 14.822) em contrapartida ao resultado do semestre, com base na piora da qualidade de crédito dos ativos vinculados, além do valor de realização das garantias obtidas em cada operação.

18. INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL

BANCO E CONSOLIDADO							
Captação	Valor de Emissão - Moeda original	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão - Moeda nacional	Tx Juros (a.a.)	30/06/2020	31/12/2019
Dívida Perpétua							
Nível I	US\$ 70.000	29/12/2016	30/12/2021	228.025	8,00%	398.653	282.149
Dívida Subordinada							
Nível II	US\$ 100.000	29/09/2015	29/09/2025	397.299	7,20%	557.566	410.406
Total						956.219	692.555

	30/06/2020	31/12/2019
Não circulante	956.219	692.555
Total	956.219	692.555

- EMTN NÍVEL I US\$ 70 MM**

Os papéis tiveram emissão privada em 2016 com caráter de perpetuidade em conformidade com o previsto no artigo 17 da Resolução nº 4.192/13, para compor capital do CCB Brasil e foram adquiridos pelo próprio grupo CCB. Atualmente compõem integralmente o capital de nível 1.

- EMTN NÍVEL II US\$ 100 MM**

Os papéis de emissão privada em 2015 com prazo de dez anos, para compor capital de nível 2, e adquiridos pelo próprio grupo CCB, estão integralmente compondo o capital de nível 2. A partir de dezembro 2020 será aplicada redução anual e gradual de 20% pela aproximação com a data de vencimento, conforme previsto no artigo 27 da Circular Bacen nº 4.192/13.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

19. DÍVIDA SUBORDINADA

Estava representada por captações que compõem o cálculo do Capital de Nível II para fins de apuração dos limites operacionais, conforme segue:

BANCO E CONSOLIDADO							
Captação	Valor de Emissão - Moeda original	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão - Moeda nacional	Tx Juros (a.a.)	30/06/2020	31/12/2019
Eurobonds	US\$ 300.000	27/04/2010	27/04/2020	R\$ 529.153	8,50%	-	1.110.499
Total						-	1.110.499

	30/06/2020	31/12/2019
Circulante	-	1.110.499
Total	-	1.110.499

20. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS - PASSIVO

	BANCO		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Recursos a transferir (cessão de crédito com coobrigação)	83.663	109.662	-	-
Negociações e intermediações de valores (*)	4.020	6.957	4.020	6.958
Total	87.683	116.619	4.020	6.958
Circulante	87.683	116.619	4.020	6.958
Total	87.683	116.619	4.020	6.958

(*) Inclui R\$ 42 (Dezembro/2019 – R\$ 12) de Outras comissões a pagar.

21. PROVISÕES

	BANCO		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Provisões para contingências (nota 22.d)	966.250	952.341	1.007.193	988.278
Provisões para garantias financeiras prestadas (nota 23)	25.036	13.101	25.036	13.101
Outras	44.852	44.964	54.370	53.553
Total	1.036.138	1.010.406	1.086.599	1.054.932
Não circulante	1.036.138	1.010.406	1.086.599	1.054.932
Total	1.036.138	1.010.406	1.086.599	1.054.932

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

22. CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O CCB Brasil e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a) Ativos contingentes

Em 29 de dezembro de 2016, o CCB Brasil emitiu Bônus Perpétuo no montante USD 70 milhões, com incidência de juros de 8% ao ano, devidos anualmente, no dia 30 de dezembro de cada ano, podendo este pagamento ser suspenso caso os juros excedam os rendimentos dos lucros distribuíveis e das reservas de lucro acumuladas, sendo que a referida suspensão pelo não atendimento destas condições, não se acumulam para períodos subsequentes e os montantes não pagos deixam de ser devidos. Desde a emissão do Bônus Perpétuo, foram realizados três pagamentos no valor total de US\$ 16.800 referentes aos anos de 2017, 2018 e 2019, apesar das condições mínimas relacionadas a lucratividade não terem sido atendidas, dado que o Banco apresentou prejuízo nos três anos em que houveram pagamentos de remuneração.

Desta forma, a Administração do CCB Brasil está tomando as devidas providencias para obter ressarcimento destes valores e avalia ser provável a recuperação destes montantes mediante reembolso por parte dos beneficiários. Consequentemente, dado que até a presente data não se pode afirmar que é praticamente certo (patamar de probabilidade muito próximo, por não dizer igual, a 100%) que um benefício econômico fluirá para o CCB Brasil decorrente desse ressarcimento, esse ativo não reúne, ainda, as condições previstas no pronunciamento CPC 25 para seu reconhecimento nas demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2020.

b) Provisões classificadas como perda provável e obrigações legais

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos classificados como perda provável em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, sendo os mais relevantes:

COFINS x Lei nº 9.718/98 – valor envolvido R\$ 545.351 (Dezembro/19 – R\$ 539.911) no Banco e R\$ 562.866 (Dezembro/19 – R\$ 557.244) no Consolidado: pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo no Banco R\$ 28.938 (Dezembro/19 – R\$ 28.575) e no Consolidado R\$ 31.781 (Dezembro/19 – R\$ 31.381).

PIS x Lei nº 9.718/98 – valor envolvido R\$ 88.560 (Dezembro/19 – R\$ 87.676) no Banco e R\$ 89.396 (Dezembro/19 – R\$ 88.503) no Consolidado: pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 107.907 (Dezembro/19 – R\$ 106.393).

PDD / 94 – valor envolvido R\$ 26.625 (Dezembro/19 – R\$ 26.357) no Banco e Consolidado: pleiteia deduzir, no cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao ano-base de 1994, da despesa relativa à constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos termos em que é

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

determinada pelo CMN e BACEN, tal como prevista na Resolução CMN nº 1.748/90 e modificações posteriores, afastando-se, por inconstitucional e ilegal o disposto no artigo 43º, § 4º, da Lei nº 8.981/95. O valor envolvido foi depositado em juízo.

PIS - Emenda Constitucional nº 10/96 – valor envolvido R\$ 19.134 (Dezembro/19 – R\$ 18.925) no Banco e Consolidado: pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 07/03/96 e 07/06/96, em observância aos princípios da “irretroatividade” e da “anterioridade nonagesimal”, bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 07/06/96 a contribuição ao PIS sobre a receita bruta operacional, entendida como aquela decorrente exclusivamente da prestação de serviços e venda de bens, tal como definida no artigo 44º da Lei nº 4.506/64, no artigo 12º do Decreto-Lei nº 1.587/77 e no artigo 226º do Decreto nº 1.041/94. O valor envolvido foi depositado em juízo.

ISS – Serviços Tributados – Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC nº 56/87 – valor envolvido R\$ 1.355 (Dezembro/19 – R\$ 1.336) no Banco e Consolidado: pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

Processos trabalhistas

O Conglomerado possui processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 104.143 (Dezembro/19 – R\$ 80.133) no Banco e R\$ 113.384 no Consolidado (Dezembro/19 – R\$ 86.757). As provisões têm relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

Processos cíveis

O Conglomerado possui processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 181.082 (Dezembro/19 – R\$ 224.360) no Banco e R\$ 194.433 (Dezembro/19 – R\$ 235.513) no Consolidado. As provisões são, em geral, decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

c) Processos fiscais e previdenciários classificados como perda possível

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pelo CCB Brasil e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas principalmente pelas seguintes questões:

ISS – Serviços Tributados – Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC nº 56/87 – valor envolvido R\$ 23.430 (Dezembro/19 – R\$ 23.094) no Banco e Consolidado: pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

IRF sobre Remessa de Juros ao Exterior – valor envolvido R\$ 14.366 (Dezembro/19 – R\$ 14.229): pleiteia compensar os valores indevidamente retidos a título de imposto de renda na fonte sobre remessas de juros ao

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

exterior, com o mesmo imposto de renda das pessoas jurídicas, nos termos do artigo 39º da Lei nº 9.250/96, afastando as restrições contidas nas Cartas-Circulares n.º 2.269/92 e n.º 2.372/93 e Comunicado nº 2.747/92, que condicionavam a aplicação de alíquota zero do imposto de renda à observância de prazos mínimos de amortização, por flagrante violação ao princípio da legalidade. O valor envolvido foi depositado em juízo.

IRPJ / 2008 – valor envolvido R\$ 20.324 (Dezembro/19 – R\$ 20.071) no Banco e Consolidado: aguardando homologação da adesão ao parcelamento da Lei nº 12.996/14 (REFIS da COPA), cuja análise do RQA – Requerimento de Quitação Antecipada (artigo 33º da Lei nº 13.043/14) está suspensa aguardando o julgamento das glosas dos prejuízos fiscais e de base negativa da CSLL dos anos de 2012 e 2014 (vide IRPJ/ CSLL).

INSS – Participação nos Lucros dos Administradores – valor envolvido R\$ 126.301 (Dezembro/19 – R\$ 124.376) no Banco e Consolidado: pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2012, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10 de outubro de 2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do artigo 7º, XI, da Constituição Federal e artigo 28º, § 9º, da Lei nº 8.212/91.

IRPJ/CSLL – valor envolvido R\$ 168.154 (Dezembro/19 – R\$ 168.154) no Banco e Consolidado: pleiteia a desconstituição de débito de IRPJ/CSLL, relativo ao período base de 2012 e 2014, lançado por auto de infração, decorrente de glosa da dedutibilidade de perdas com créditos, por suposto descumprimento dos procedimentos previstos na Lei nº 9.430/96.

Imposto de Operações Financeiras (IOF) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) – valor envolvido R\$ 1.505 (Dezembro/19 – R\$ 1.485) no Banco e Consolidado: CCB Brasil como responsável solidário, pleiteia a desconstituição de lançamento do suposto débito de IRRF/IOF sobre sete operações de câmbio para remessas de divisas ao exterior.

IOF sobre Cessão de Crédito – valor envolvido R\$ 2.615 (Dezembro/19 – R\$ 2.578) no Banco e Consolidado: pleiteia a desconstituição de lançamento de débito do IOF sobre suposta incidência nos contratos de cessão de crédito com coobrigação, relativo ao período de 03/2014 a 12/2014, por suposto descumprimento do Decreto nº 6.306/07.

Compensação Não Homologada - valor envolvido R\$ 4.168 no Banco (Dezembro/19 – R\$ 4.117) e R\$ 4.443 no Consolidado (Dezembro/19 – R\$ 4.388): pleiteia na esfera administrativa com a RFB a homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido.

Processos trabalhistas

No Conglomerado existem processos, que estão classificadas como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 11.474 (Dezembro/19 – R\$ 9.204) no Banco e de R\$ 14.855 (Dezembro/19 – R\$ 12.019) no Consolidado. As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Processos cíveis

O Conglomerado possui processos, os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 233.096 (Dezembro/19 – R\$ 205.906) no Banco e R\$ 262.501 (Dezembro/19 – R\$ 229.628) no Consolidado. As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

d) Movimentação das provisões classificadas como perda provável e obrigações legais

Descrição	BANCO						CONSOLIDADO
	31/12/2019	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	30/06/2020	30/06/2020
Cíveis (*)	224.360	35.745	(68.796)	3.838	(14.065)	181.082	194.433
Trabalhistas	80.133	26.484	(236)	-	(2.238)	104.143	113.384
Subtotal	304.493	62.229	(69.032)	3.838	(16.303)	285.225	307.817
Fiscais e previdenciárias	31/12/2019	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	30/06/2020	30/06/2020
PIS – Receita Bruta							
Operacional – EC nº 10/96	18.925	-	-	209	-	19.134	19.134
PIS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	87.676	-	-	884	-	88.560	89.396
IRPJ / CSLL PDD 1994	-	26.625	-	-	-	26.625	26.625
COFINS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	539.911	-	-	5.440	-	545.351	562.866
ISS – Serviços Não Tributados – LC nº 56/87	1.336	-	-	19	-	1.355	1.355
Subtotal	647.848	26.625	-	6.552	-	681.025	699.376
Total	952.341	88.854	(69.032)	10.390	(16.303)	966.250	1.007.193

(*) Durante o primeiro semestre de 2020, o Banco reverteu provisão para contingência relacionada a garantia prestada no montante de R\$ 68.314, que devido a decisão desfavorável, e consequentemente pagamento, foi reclassificada para carteira de credito como garantia honrada, totalmente provisionada segundo critérios estabelecidos pela Resolução 2.682 (nota 8a).

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 10 – Outros instrumentos financeiros - Ativo), um total de R\$ 428.265 no Banco sendo R\$ 96.894 – processos Cíveis, R\$ 18.225 – processos Trabalhistas e R\$ 313.146 – processos Fiscais e um total de R\$ 434.913 no Consolidado, sendo R\$ 97.317 – processos Cíveis, R\$ 19.939 – processos Trabalhistas e R\$ 317.657 – processos Fiscais.

Descrição	BANCO						CONSOLIDADO
	31/12/2018	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	30/06/2019	30/06/2019
Cíveis	152.028	65.012	(2.390)	4.687	(14.888)	204.449	221.395
Trabalhistas	54.991	-	-	2.690	-	57.681	63.008
Subtotal	207.019	65.012	(2.390)	7.377	(14.888)	262.130	284.403
Fiscais e previdenciárias	31/12/2018	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	30/06/2019	30/06/2019
PIS – Receita Bruta							
Operacional – EC nº 10/96	18.275	-	-	336	-	18.611	18.611
PIS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	84.928	-	-	1.418	-	86.346	87.161

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

COFINS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	522.987	-	-	8.734	-	531.721	548.778
ISS – Serviços Não Tributados – LC nº 56/87	1.272	-	-	37	-	1.309	1.310
Subtotal	627.462	-	-	10.525	-	637.987	655.860
Total	834.481	65.012	(2.390)	17.902	(14.888)	900.117	940.263

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 10 – Outros instrumentos financeiros - Ativo) um total de R\$ 438.181 no Banco sendo R\$ 119.940 – processos Cíveis, R\$ 23.239 – processos Trabalhistas e R\$ 295.002 – processos Fiscais e um total de R\$ 445.132 no Consolidado, sendo R\$ 120.135 – processos Cíveis, R\$ 26.923 – processos Trabalhistas e R\$ 298.074 – processos Fiscais.

23. AVAIS E FIANÇAS

Descrição	BANCO E CONSOLIDADO			
	30/06/2020		31/12/2019	
	Valores Garantidos	Provisões	Valores Garantidos	Provisões
Avais ou fianças em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	734.083	24.590	768.907	12.657
Fianças pagamentos	502.238	336	503.970	337
Fianças performance	106.368	110	103.184	107
Fianças bancárias	43.976	-	43.101	-
Outras fianças	16.665	-	27.773	-
Total	1.403.330	25.036	1.446.935	13.101
Não circulante	1.403.330	25.036	1.446.935	13.101
Total	1.403.330	25.036	1.446.935	13.101

As responsabilidades por avais e fianças honradas representam o montante de R\$ 72.236 (Dezembro/19 – R\$ 16.789) e estão classificadas na carteira de crédito de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99 (nota 8.a).

24. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Credores diversos - país	49.678	41.989	51.003	63.945
Sociais e estatutárias	27.235	27.354	27.236	27.355
Relações interdependências	26.114	66.006	26.114	66.006
Resultados de exercícios futuros	17.748	20.600	17.748	20.600
Relações interfinanceiras	14	-	14	-
Total	120.789	155.949	122.115	177.906
Circulante	120.789	155.949	122.115	177.906
Total	120.789	155.949	122.115	177.906

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O quadro de acionistas do CCB Brasil é o seguinte:

a) Capital Social

Acionista	30/06/2020			31/12/2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
CCB Brazil Financial Holding Investimentos	297.223.908	168.407.558	465.631.466	297.223.908	168.407.558	465.631.466
Total de ações	297.223.908	168.407.558	465.631.466	297.223.908	168.407.558	465.631.466
Total em Reais	1.887.438	1.069.426	2.956.864	1.887.438	1.069.426	2.956.864

b) Ações em tesouraria

A quantidade de ações em tesouraria em 30 de junho de 2020 corresponde a 6.398.518 (Dezembro/19 – 6.398.518) ações preferenciais no montante de R\$ 55.105 (Dezembro/19 – R\$ 55.105).

c) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Conforme estatuto é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária aplicável.

d) Reservas

O prejuízo acumulado fundamentou a não constituição de reservas de lucros.

e) Prejuízo por ação

O prejuízo por ação básico é calculado através da divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o período, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

O prejuízo por ação diluído é calculado de forma similar ao prejuízo básico por ação, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão das ações potencialmente diluíveis no denominador.

	BANCO		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Prejuízo atribuível aos acionistas dos controladores da Companhia	(523.162)	(107.734)	(514.587)	(98.646)
Ordinárias	(338.600)	(69.727)	(333.050)	(63.845)
Preferenciais	(184.562)	(38.007)	(181.537)	(34.801)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Quantidade média ponderada de ações	459.232.948	459.232.948	459.232.948	459.232.948
Ordinárias	297.223.908	297.223.908	297.223.908	297.223.908
Preferenciais	162.009.040	162.009.040	162.009.040	162.009.040
 Prejuízo básico e diluído por ação (em reais)	 (1,14)	 (0,23)	 (1,12)	 (0,21)

26. PARTES RELACIONADAS

a) Partes relacionadas

O Banco e suas empresas controladas diretas mantêm transações entre si, as quais foram eliminadas no consolidado.

Os saldos de operações do Banco com controladas direta, indireta, controlada em conjunto, pessoal chave da Administração e controlador podem ser observados conforme abaixo:

	Ativos / (passivos)		Receitas / (despesas)	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	30/06/2019
Disponibilidades em moedas estrangeiras	16.791	16.680	-	-
China Construction Bank Corporation (d)	16.791	16.680	-	-
 Aplicações interfinanceiras de liquidez em depósitos interfinanceiros - CDI	 583.564	 760.356	 17.994	 53.675
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	583.564	760.356	17.994	53.675
 Cotas de Fundo de Investimentos	 82.734	 81.088	 1.646	 1.850
FIDC Brasilfactors (b)	82.734	81.088	1.646	1.850
 Prestação de serviços	 20	 20	 63	 25
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	20	20	63	25
 Valores a receber sociedade ligadas	 16	 -	 -	 -
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	16	-	-	-
 Outras obrigações – Rendas a Receber	 8.500	 8.500	 -	 6.000
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	8.500	8.500	-	6.000
 Depósitos à vista	 (1.757)	 (1.673)	 -	 -
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	(33)	(42)	-	-
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(62)	(120)	-	-
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(6)	(2)	-	-
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(11)	(161)	-	-
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(918)	(851)	-	-
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b)	(1)	-	-	-
Brasilfactors S.A. (f)	(2)	(1)	-	-
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(255)	(169)	-	-
Pessoal-chave da Administração (c)	(469)	(327)	-	-
 Depósitos interfinanceiros	 (211.694)	 (229.954)	 (2.152)	 (7.940)
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	(20.257)	(21.003)	(368)	(638)
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(191.437)	(208.951)	(1.784)	(7.302)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Ativos / (passivos)		Receitas / (despesas)	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	30/06/2019
Depósitos a prazo	(236.206)	(209.218)	(3.808)	(5.556)
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(744)	(748)	(14)	(22)
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(3.476)	(386)	(41)	(150)
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b)	(1.659)	(1.653)	(29)	-
Brasifactors S.A. (f)	(5.222)	(219)	(11)	(9)
FIDC Brasifactors (b)	(24.515)	(10.669)	(526)	(187)
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(197.090)	(195.222)	(3.181)	(5.178)
Pessoal-chave da Administração (c)	(3.500)	(321)	(6)	(10)
Operações compromissadas	(20.291)	(25.051)	(472)	(1.381)
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(9.940)	(5.991)	(155)	(229)
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(8.320)	(12.482)	(231)	(480)
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(2.031)	(6.578)	(86)	(672)
LCA	(7.093)	(3.537)	(73)	(53)
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	(878)	-	-	-
Pessoal-chave da Administração (c)	(6.215)	(3.537)	(73)	(53)
LCI	(318)	(1.850)	(21)	(38)
Pessoal-chave da Administração (c)	(318)	(1.850)	(21)	(38)
NDF	2.527	535	3.834	300
Brasifactors S.A. (f)	2.527	535	3.834	300
Obrigações por empréstimos	(5.626.143)	(3.812.733)	(1.449.010)	(82.060)
China Construction Bank Corporation (d)	(5.626.143)	(3.812.733)	(1.449.010)	(82.060)
Obrigações por vendas de ativos financeiros – Resolução nº 3.533/08	(83.663)	(109.662)	(9.918)	(16.845)
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(83.663)	(109.662)	(9.918)	(16.845)

A saber:

- (a) Controladas e Coligadas – direta
- (b) Controladas e Coligadas – indireta
- (c) Pessoal-chave da Administração
- (d) Controlador indireto sediado no exterior
- (e) Controladora direta
- (f) Controlada em conjunto (*joint venture*)

a.1) Dos vencimentos e taxas das operações

As aplicações interfinanceiras de liquidez pós-fixadas são valorizadas pelo CDI médio de 105% (Dezembro/19 – 105%) e as pré-fixadas às taxas médias de 4,87% a.a. (Dezembro/19 – 5,63% a.a.); as operações compromissadas pré-fixadas foram realizadas às taxas médias de 2,15% a.a. (Dezembro/19 – 4,4% a.a.) e possuem vencimento em 01 de julho de 2020, com lastro de até 03 anos (Dezembro/19 – até 02 anos), as pós-fixadas são valorizadas a taxa média 100% do CDI (Dezembro/19 – 100%) e possuem vencimento em 31 de agosto de 2020 até 30 de agosto de 2022 com lastro de até 02 anos (Dezembro/19 – até 03 meses). As operações de LCA foram realizadas com taxas médias de 98,12% do CDI (Dezembro/19 – 95,60%) e possuem vencimento final em até 01 ano (Dezembro/19 – até 01 ano). As operações de LCI foram realizadas com taxas de 98,00% do CDI (Dezembro/19 – 95,40%) e possuem vencimento final em até 01 ano (Dezembro/19 – em até 01 ano). Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

média de 94,13% do CDI (Dezembro/19 – 91,77% do CDI), diretamente relacionadas ao montante aplicado, com vencimento final em até 02 anos (Dezembro/19 – em até 2 anos). As obrigações por empréstimos foram realizadas às taxas médias de 1,76% a.a. (Dezembro/19 – 3,14% a.a.) e variação cambial, com vencimento final até 6 anos (Dezembro/19 – em até 07 anos). As informações referentes às cessões de crédito, com partes relacionadas, estão incluídas na nota 8.f.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração – Consolidado

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima destinada aos Administradores membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria, bem como é definido o teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício, quando for o caso, respeitadas as limitações compostas pela Resolução CMN nº 3.921/10.

Durante o primeiro semestre de 2020 e o exercício de 2019, o Conselho de Administração não aprovou pagamentos de participações dos administradores no lucro, face apuração de prejuízo líquido.

b.1) Benefícios de curto prazo – Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria

	BANCO		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Remuneração fixa	6.888	7.641	6.943	7.780
Outros (*)	665	603	665	603
Total	7.553	8.244	7.608	8.383

(*) Refere-se substancialmente a benefícios com alimentação/refeição – R\$ 42 (Junho/19 – R\$ 54) e assistência médica e odontológica – R\$ 623 (Junho/19 – R\$ 549).

b.2) Benefícios de longo prazo

O CCB Brasil não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

27. RESULTADO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

	BANCO		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Operações de crédito	1.714.180	220.054	1.787.593	315.102
Operações de arrendamento mercantil	-	-	3.002	2.423
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	6.945	5.483	15.783	14.319
Aquisição de recebíveis	3.165	2.198	3.165	2.198
Renda de títulos de créditos e por venda de bens	1.892	3.143	1.892	3.255
Total	1.726.182	230.878	1.811.435	337.297

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

28. RESULTADO DE APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	BANCO		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Rendas de aplicações no exterior	84.641	17.318	84.641	17.317
Rendas de aplicações compromissadas	63.218	170.481	63.218	170.481
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	29.878	88.875	11.892	35.200
Resultado de títulos renda fixa	19.840	58.889	20.025	58.606
Outras operações com TVM	(2.693)	22.110	(2.693)	22.111
Total	194.884	357.673	177.083	303.715

29. RESULTADO COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	BANCO		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Swap	365.459	(9.326)	365.459	(9.326)
Termo de moedas	83.922	1.397	83.922	1.397
Mercado Futuro - DI	(52.372)	(44.268)	(52.372)	(44.268)
Mercado Futuro - Dólar	(15.092)	32.442	(15.092)	32.442
Total	381.917	(19.755)	381.917	(19.755)

30. RESULTADO DE CâMBIO

	BANCO		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Operações de câmbio	40.459	19.967	40.459	19.967
Variações cambiais	426.594	(18.069)	426.594	(18.069)
Disponibilidades em moedas estrangeiras	140.858	15.588	140.858	15.588
Total	607.911	17.486	607.911	17.486

31. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA

	BANCO		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Resultado em operações de cessão de crédito com coobrigação	(8.421)	(14.553)	1.497	2.292
Despesas com descontos concedidos em renegociação	(19)	(14.428)	(23)	(14.428)
Outros	(657)	334	(223)	336
Total	(9.097)	(28.647)	1.251	(11.800)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

32. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	BANCO		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior	1.801.704	68.892	1.801.704	68.892
Marcação a mercado - Item objeto de hedge	-	2.461	-	2.461
Repasse FUNCAFÉ/BNDES	4.115	4.637	4.115	4.637
Reversão para empréstimos vinculados a operações	(44.492)	(14.822)	(44.492)	(14.822)
Total	1.761.327	61.168	1.761.327	61.168

33. DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÕES NO MERCADO

	BANCO		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Operações compromissadas	67.170	170.840	66.705	169.459
Depósitos a prazo	64.063	88.675	63.979	88.453
Despesas de letras Financeiras - LF	15.972	18.882	15.972	18.882
Despesas de letras do agronegócio - LCA	8.324	18.927	8.324	18.927
Depósitos interfinanceiros	9.158	12.053	7.005	4.113
Despesas de letras de crédito imobiliário - LCI	230	1.195	230	1.196
Outras	2.743	3.597	2.743	3.596
Total	167.660	314.169	164.958	304.626

34. DESPESAS COM INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL

	BANCO		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Dívida perpétua	116.149	7.784	116.149	7.784
Dívida subordinada	165.418	9.736	165.418	9.736
Total	281.567	17.520	281.567	17.520

35. RECEITAS COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS

	BANCO		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Rendas sobre garantias prestadas	22.608	15.374	22.608	15.374
Rendas de cobrança	1.073	774	1.073	774
Rendas de tarifas bancárias	905	433	905	433
Rendas de outros serviços	886	236	1.066	564
Total	25.472	16.817	25.652	17.145

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

36. DESPESAS DE PESSOAL

	BANCO		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Salários	40.595	64.859	44.948	69.713
Encargos Sociais	16.691	22.011	18.091	23.909
Benefícios	7.846	8.004	9.535	9.825
Honorários da diretoria	6.888	7.641	6.943	7.780
Outros	134	309	222	360
Total	72.154	102.824	79.739	111.587

37. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	BANCO		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Despesas de serviços de terceiros	10.636	12.435	15.669	18.315
Despesas de amortização e depreciação	10.289	11.458	10.648	11.823
Despesas de aluguéis e taxas	7.502	7.247	8.347	8.357
Despesas de processamento de dados	5.974	6.467	8.410	9.033
Despesas de serviços do sistema financeiro	3.570	2.691	3.965	3.342
Despesas emolumentos judiciais e cartorários	3.297	987	4.481	3.819
Despesas de manutenção e conservação	1.283	1.698	1.424	2.072
Despesas de transporte e viagens	740	1.262	792	1.441
Despesas com buscas e apreensão	-	-	1.285	1.323
Outras despesas	4.301	2.295	5.274	3.363
Total	47.592	46.540	60.295	62.888

38. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	BANCO		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Atualização de depósitos em garantia	4.509	9.316	4.562	9.387
Recuperação de encargos e despesas	523	12.216	4.956	17.888
Reversão provisão operacional	5.240	-	5.240	-
Outras rendas operacionais	7.865	118	6.957	1.772
Total	18.137	21.650	21.715	29.047

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

39. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	BANCO		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Despesas com comissões	18.817	20.394	24.197	33.077
Baixa de despesa antecipada	17.059	-	17.059	-
Despesas com SPA	16.948	13.088	16.948	13.088
Despesas tributárias	5.818	9.370	9.086	12.600
Despesas com obrigações por empréstimos e repasses	4.337	-	4.337	-
Taxa de processamento	3.910	4.843	5.405	6.274
Outras despesas operacionais	11.860	1.241	14.141	2.704
Total	78.749	48.936	91.173	67.743

40. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	BANCO		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Resultado de alienação de bens	1.327	1.276	1.857	1.351
Rendas de aluguéis	136	282	136	282
(Provisão) para imparidade de bens não de uso próprio	(29.378)	2.662	(32.966)	2.647
Prejuízo baixa de bens de uso	(2.350)	-	(2.350)	-
Outras rendas (despesas) não operacionais	61	148	64	452
Total	(30.204)	4.368	(33.259)	4.732

41. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO E CAPITAL

O gerenciamento de riscos do Banco permite que os riscos inerentes sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos.

O Banco centraliza o gerenciamento dos riscos Socioambientais, Mercado, Crédito, Liquidez, Operacional e Gestão de Capital com o objetivo de potencializar a eficiência de seus controles. Isso resulta em uma visão global das exposições a que o Banco está sujeito pela própria natureza de suas atividades, o que permite aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas, assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas para a área e aperfeiçoar a identificação dos riscos que possam afetar essa estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos. Atende a Resolução CMN nº 4.557/17. Encontra-se no site o Relatório de Gestão de Riscos em atendimento a Circular nº 3.930/19 do BACEN que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos e o relatório de Estrutura Gestão de Riscos que dispõe sobre a estrutura e responsabilidades e seu contexto dentro do CCB Brasil.

A estrutura de Gerenciamento de Capital encontra-se implantada, atendendo à Resolução CMN nº 4.557/17. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definição da estrutura

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

organizacional, aplicável a todo o Conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro. Existem políticas institucionais e processos definidos com os procedimentos e sistemas necessários à efetiva implantação da estrutura de Gerenciamento de Capital.

Da mesma forma, atendendo à Resolução CMN nº 4.557/17, a estrutura de Gerenciamento de Riscos foi estabelecida e implantada. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definida a estrutura organizacional aplicável a todo o Conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro, bem como aprovadas as políticas institucionais para o gerenciamento de riscos.

A Resolução CMN nº 4.327/14 também está observada relativamente ao estabelecimento e implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental. O Banco já adaptou a estrutura de gerenciamento de riscos atendendo a Resolução CMN nº 4.557/17.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações. Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões de negócios do Banco. A gestão de riscos está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central e abrange todas as empresas controladas.

As políticas de gestão de riscos do CCB Brasil destinam-se a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva. O envolvimento da Alta Administração com as questões de gestão de riscos ocorre por deliberações dos seus órgãos de administração, definidos, estatutariamente, como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os Comitês. A estrutura de governança garante uma gestão efetiva dos riscos. O gerenciamento de riscos do Banco é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se em Comitês específicos. A Diretoria de Governança Corporativa compõem-se, dentre outros, de departamentos direcionados para a gestão do risco socioambiental, mercado, do risco de crédito, do risco operacional, de liquidez e gestão de capital. Essas áreas suportam os Comitês de Riscos, de Controles Internos, Operacional e Financeiro que analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

Os comitês e os órgãos gestores de controles e de riscos dão suporte ao desenvolvimento e buscam a minimização de perdas ao adotar uma visão integrada centralizada. Têm como meta a automação e a formação da base de dados para o gerenciamento e a modelagem de riscos, baseada em dados históricos de perdas e evolução dos controles.

- I. Os controles mitigadores dos riscos possibilitam que os limites possam ser definidos previamente, considerando o perfil e os aspectos estratégicos e operacionais de cada unidade.
- II. Os limites ao risco consideram de forma ampla os valores que o Banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos, e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos, que por sua vez influenciam a cultura e o modo de atuação do Banco. Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

GESTÃO DE RISCO

A Política de Gerenciamento de Risco do CCB Brasil define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento dos Riscos.

O Banco designou o *CRO – Chief Risk Officer* como responsável pela Estrutura de Riscos perante o Banco Central segundo decisão do Conselho de Administração.

Gestão do Risco de Mercado

A Divisão de Risco de Liquidez, Mercado e Capital é responsável pela manutenção e atualização anual da Política e estrutura da área. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado advindos das atividades comerciais e tesouraria do Banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pela Declaração de apetite ao Risco (RAS), assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

O Risco de Mercado pode ser caracterizado por alguns principais tipos de medidas: posições (*stale positions*), sensibilidades, testes de estresse, o “*Value-at-risk*” (incluindo testes de aderência e validações), EVE- *Economic Value of Equity* e NII – *Net Interest Income*.

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do CCB Brasil. O monitoramento e controle das posições do Banco não se limita apenas ao cálculo do seu valor de mercado, mas reconhece uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco do Banco. A complementação desta medida com as demais ferramentas de controle de risco torna melhor o monitoramento e análise das exposições.

Gestão do Risco de Crédito

O CCB Brasil possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área atua de forma independente da estrutura de aprovação de crédito, calcula os *ratings* de clientes baseados em métricas que consideram o comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações no Banco. Difere, portanto os conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

O Banco aprimora constantemente as metodologias e ferramentas usadas para avaliar as variáveis sociais e ambientais em seu processo de concessão de crédito para mitigar eventuais riscos associados a capacidade de pagamento e *default* de investimentos. Por isso, tem previsto políticas e instrumentos que possibilitam a suspensão da operação, antecipação do vencimento de contratos e a aplicação de penalidades limitantes.

Em consonância com as práticas de referência do mercado, o Banco continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise do risco operacional em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17 e ao acordo da Basileia.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Gestão do Risco de Liquidez

O gerenciamento do Risco de Liquidez do CCB Brasil consiste em mensurar, avaliar e controlar a capacidade do banco em honrar seus compromissos financeiros por meio de estimativas e modelagens matemáticas sobre a sua própria base de operações. Tais modelos possuem características complementares e são descritos abaixo:

- I. *Backward Looking*: análise histórica de movimentações, recompras, renovações de operações pelos clientes para estimar o potencial de insuficiência de caixa para honrar os compromissos do banco.
- II. *Forward Looking*: análise da carteira projetada, considerando-se cenários de orçamento e expectativa de crescimento das carteiras.

Os resultados dos cálculos de liquidez efetuados para os próximos três anos, seguindo esses modelos, demonstram que o CCB Brasil tem e terá recursos suficientes para fazer frente a suas obrigações e apresenta posição com ampla margem de segurança no circulante em não circulante.

O CCB Brasil possui departamento de gestão de risco de liquidez para identificação, monitoração e controle de eventos que possam impactar a liquidez do banco tanto no circulante quanto no não circulante.

A gestão do risco de liquidez prevê:

- I. Elaboração de fluxo de caixa para avaliação e monitoração da liquidez nos prazos circulante e não circulante;
- II. Modelos estatísticos para estimar saídas imprevistas no fluxo de caixa como antecipação de resgate de CDB, pagamentos de ajustes de derivativos e depósitos adicionais de garantia na B3.
- III. Testes de estresse para monitorar a saúde financeira em cenários adversos de liquidez.

Eventos que indiquem capacidade de liquidez inadequada às obrigações futuras da instituição são reportados tempestivamente para tomada de ações corretivas e preventivas.

Os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados, são apresentados abaixo:

Em 30 de junho de 2020 o CCB Brasil apresentou seu Passivo Circulante menor que o Ativo Circulante, apurado de acordo com o vencimento nominal das suas operações. Além disso, o Conglomerado possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda (nota 6.b) no montante de R\$ 1.163.579 (Dezembro/19 – R\$ 1.298.203), que mesmo classificados no não circulante, representam investimentos de elevada liquidez em títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional, e parte dos passivos circulantes são empréstimos efetuados junto à matriz na China no valor total de R\$ 5.626.143 (Dezembro/19 – R\$ 3.812.733), com vencimento inferior a um ano, que vem sendo sistematicamente renovados.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

30/06/2020			
CONSOLIDADO			
	Liquidez Nominal	Reclassificação por liquidez efetiva	Liquidez ajustada
Ativo Circulante	17.028.399	1.163.579	18.191.978
Passivo Circulante	(15.994.432)	5.626.143	(10.368.289)
Saldo Líquido	1.033.967	6.789.722	7.823.689

31/12/2019			
CONSOLIDADO			
	Liquidez Nominal	Reclassificação por liquidez efetiva	Liquidez ajustada
Ativo Circulante	10.772.976	1.298.203	12.071.179
Passivo Circulante	(13.605.705)	3.812.733	(9.792.972)
Saldo Líquido	(2.832.729)	(2.514.530)	2.278.207

Análise de sensibilidade

O CCB Brasil conduziu análise de sensibilidade utilizando cenário de 10% de valorizações ou desvalorizações cambiais, taxas de juros e ações (Cenário I), 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III). É necessária a divulgação de quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado relevante, originado por instrumentos financeiros, que expõem a Instituição na data de encerramento de cada período. Para sua elaboração identificou-se os tipos de risco que poderiam gerar prejuízos materiais, incluídas as operações com instrumentos financeiros derivativos em um cenário mais provável, além de 2 (dois) cenários que pudessem gerar resultados adversos para a Instituição. Na definição dos cenários, a situação considerada provável pela administração foi referenciada por fonte externa independente: B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e uma situação, com deterioração ou valorização de 25% e 50% na variável de risco considerada.

Apresentamos no quadro de análise de sensibilidade o conjunto de operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, que o CCB Brasil possui com o intuito de administrar sua exposição a riscos de mercado e que visa protegê-lo, especialmente em períodos de quebra dos padrões históricos. Essa avaliação é sistematicamente realizada pela área de gestão de riscos e avaliada pelo Comitê de Tesouraria, que se reúne e define um conjunto de cenários em ambiente de crise. Entende-se por cenário, neste contexto, uma determinada combinação de preços e taxas de juros. A elaboração do quadro seguiu o seguinte procedimento:

- (i) Calculou-se, em cada um dos cenários, os valores da carteira de negociação (Trading Book) e das operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da instituição e seus respectivos hedges (Banking Book);
- (ii) Para cada um dos fatores de risco, escolheu-se a direção que trouxesse a maior perda e, sobre ele, aplicado aumento ou redução definidos;
- (iii) Por fim, obtiveram-se os resultados das perdas, correspondentes ao cenário hipotético correspondente.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Os cenários a seguir, não necessariamente refletem a gestão de riscos de mercado da Instituição e tampouco estão associados às práticas contábeis. Os modelos de estresse podem representar situações extremas e distantes do cotidiano.

Abaixo o resumo das premissas para cada um dos cenários.

Escolheu-se para cada fator de risco de cada carteira o sentido (acréscimo ou decréscimo) que maximiza a perda. Foram mantidos deslocamentos paralelos das curvas, ou seja, um deslocamento de + 1.000 basis points significa que em toda a curva futura houve um acréscimo de 10% às taxas vigentes.

Para cada cenário, é mensurada a perda esperada da carteira em relação à posição marcada a mercado.

Abaixo, a descrição dos cenários:

Cenário 1: Situação de menor oscilação. Premissas utilizadas: choque paralelo de 10,0% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30 de junho de 2020, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário 2: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 25,0% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30 de junho de 2020, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário 3: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 50,0% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30 de junho de 2020, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Os cenários adotados são para 30 de junho 2020 adotados apenas para a Carteira banking (uma vez que o CCB Global é signatário da Lei Paul Volcker e não opera em carteira Trading na subsidiária CCB Brasil) encontram-se na tabela a seguir, que também reflete deterioração das expectativas macroeconômicas no sentido que maximiza a perda para cada fator de risco desta carteira. Para isso, as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), há um substancial deslocamento paralelo das curvas de cupom cambial, o câmbio sofre acréscimo, a bolsa brasileira cai, e a inflação tem amplitude consideravelmente elevada, o que tem reflexo nos indicadores e contratos indexados.

Carteira Banking – premissas para fatores de risco			
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Curva de Juros (Pré)	deslocamento paralelo de +1.000 basis points	deslocamento paralelo de +2.500 basis points	deslocamento paralelo de +5.000 basis points
Curva de Cupom Cambial	deslocamento paralelo de +1.000 basis points	deslocamento paralelo de +2.500 basis points	deslocamento paralelo de +5.000 basis points
Dólar à Vista	aumento de 10%	aumento de 25%	aumento de 50%
B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão	queda de 10%	queda de 25%	queda de 50%
Inflação	alta de 10%	alta de 25%	alta de 50%

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Os resultados das perdas calculadas nos cenários expostos sintetizam as perdas advindas de oscilações de mercado por fator de risco, gerados pelos sistemas do CCB Brasil e calculados para a carteira Banking. Essas perdas estão no quadro a seguir:

Carteira Banking – resultados para os fatores de risco em 30/06/2020			
Fatores de risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Dólar e Cupom de Dólar	(108.817.506)	(271.970.831)	(543.696.042)
Taxa Prefixada em Reais	(32.846.861)	(80.194.587)	(154.366.827)
Ações e Índices	-	-	-
Inflação	(42)	(108)	(231)
Perda Total	(141.664.409)	(352.165.527)	(698.063.100)

Carteira Trading – resultados para os fatores de risco em 30/06/2020			
Fatores de risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Dólar e Cupom de Dólar	(26.863)	(81.389)	(210.426)
Taxa Prefixada em Reais	(53.526)	(111.522)	(270.579)
Ações e Índices	-	-	-
Inflação	-	-	-
Perda Total	(80.388)	(192.911)	(481.004)

Os fatores de riscos apresentados são os seguintes:

- Cupom de US\$ - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar norte americano e da taxa de juros em dólares.

- Taxa pré-fixada em real – Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros denominada em Real.

- Ações e Índices – Compreende as ações e os índices de bolsas, ações e opções atrelados a índices de ações.

- Inflação – Refere-se a todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de cupons de inflação e índices de inflação.

O Quadro de Análise de Sensibilidade tem limitações e o impacto econômico em uma eventual oscilação de taxa de juros poderá não representar necessariamente um lucro ou prejuízo contábil material para instituição. A combinação específica de preços que determina cada cenário é uma decisão arbitrária, embora possível. Os sinais das correlações históricas entre os ativos não foram necessariamente respeitados, e tampouco os cenários escolhidos foram observados no passado.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

A contabilização dos instrumentos da carteira “Banking”, em sua grande maioria, é efetuada pela curva contratada, que diferem dos instrumentos financeiros derivativos da carteira “Trading” que sofrem oscilações no respectivo registro contábil em razão da marcação a mercado.

Os resultados apresentados no quadro referente a carteira banking podem, à primeira vista, dar a impressão de alta sensibilidade à volatilidade. Para uma melhor análise de resultados obtidos nessa carteira, o quadro gerencial abaixo - que inclui derivativos, ativos e outros - aponta os descasamentos das operações da Instituição. Nele se verifica que há um descasamento substancial das posições pré-fixadas, que dariam um impacto negativo nos resultados, caso houvesse aumento das taxas de juros. Todavia, o quadro de sensibilidade apresentado não considera correlações entre os diferentes fatores de risco. Isso significa que a análise desconsidera a correlação entre os fatores pré e CDI, ou seja, as perdas das taxas pré-fixadas não são compensadas pelos ganhos em CDI.

Da mesma forma, no quadro de sensibilidade, as taxas de juros e o câmbio foram considerados não correlacionados. As limitações da análise de cenários envolvem também a marcação a mercado de todas as posições o que contradiz a determinação da Instituição em levar as operações (especialmente as de captação em moeda estrangeira) até o vencimento, o que pode induzir o leitor a erro ao julgar que as perdas apresentadas nos cenários se materializarão, mesmo que se verifiquem as oscilações previstas nos fatores de risco.

O CCB Brasil aplica a metodologia de Value-at-Risk (VaR) por simulação histórica para medir a sensibilidade da carteira a perdas decorrentes em diferentes eventos históricos e cenários que permitem estimar a perda potencial máxima de uma carteira para determinados período de tempo e intervalo de confiança. Por este modelo, a estimativa de risco é calculada a partir das variações históricas dos fatores de risco que determinada carteira possui exposição.

O CCB Brasil utiliza-se do VaR por simulação histórica considerando um nível de confiança estatística de 99%, ou seja, considera a perda máxima de um portfolio em 99% dos casos em um horizonte de tempo equivalente a um dia com os retornos históricos dos fatores de risco calculados em uma janela de observação de cinco anos. De forma complementar, análises de máxima, média e mínima perdas são efetuadas para avaliar o desempenho deste portfolio analisado ao longo do semestre.

A seguir, mostra-se os resultados de VaR no final de período e os valores máximos, mínimos e médios ao longo dos semestres:

<i>Value at Risk 99%</i>		
VaR	30/06/2020	31/12/2019
Fim do Período	(50.046)	(39.208)
Mínimo*	(120.523)	(47.994)
Máximo*	(17.966)	(9.063)
Médio*	(10)	(3)

(*) Considerando as piores perdas ao longo do semestre

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

GESTÃO DE CAPITAL

A gestão de risco e suficiência de Capital do CCB Brasil adota, dentre outros, elementos básicos de análise, como o entendimento e identificação dos riscos inerentes às suas atividades consubstanciadas em política de gestão de Capital e Liquidez, avaliação da necessidade de capital para os riscos mais relevantes; desenvolvimento de metodologias para quantificação de capital adicional; plano de Capital e Contingência, e Orçamento estratégico. É realizado por meio de métricas quantitativas que incluem modelos e recomendações do Banco Central do Brasil, sob perspectivas e conceitos de Basileia III.

O acompanhamento e monitoramento deste gerenciamento é contínuo pelo Comitê de Riscos, avaliado pelo Conselho de Administração no Brasil, pela Matriz (Head Office) e regularmente reportado ao BACEN. Este arcabouço está embasado nas diretrizes impostas pela Resolução CMN nº 4557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de Riscos e de Capital e a política de divulgação de informações. Destacam-se na resolução a obrigatoriedade de criação nos bancos de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, a definição de uma Declaração de Appetite a Riscos, conhecida por RAS ("Risk Appetite Statement"), de programas de testes de estresse, a da constituição do Comitê de Riscos, dentre outras.

Dentre as medidas adotadas para enfrentamento da crise trazida pela pandemia da Covid-19 em 2020, e a fim de proporcionar maior estabilidade para o sistema financeiro nacional, o Bacen lançou uma série de ações contingenciais, tais como a redução de adicional de recolhimento sobre depósitos compulsórios, a dispensa de provisionamento para operações de crédito renegociadas, a opção de captação de recursos pelas Instituições Financeiras por meio dos depósitos a prazo com garantias especiais "LGPDE", dentre outras.

Neste sentido, a Resolução CMN nº 4.783/20 estabeleceu a redução da alíquota do adicional de conservação de capital principal (ACPC) de 2,5% para 1,25% pelo período de um ano, com revisão gradual até março 2022 também com objetivo de melhorar capacidade das Instituições de alavancar ativos e empréstimos.

Requerimentos Bacen	Valido em 30/06/2020	Valido em 31/12/2019
Índice de Capital Principal	5,75%	7,0%
Índice de Capital de Nível 1	7,25%	8,5%
Índice de Basileia (PR total)	9,25%	10,5%

A Razão de Alavancagem (RA) é definida como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular BACEN nº 3.748. Trata-se de uma medida simples de alavancagem não sensível a risco e não leva em consideração os Fatores de Ponderação de Risco (FPR) ou mitigações consideradas no RWA. Não é requerido para bancos do Grupo S3, mas é apurado para fins de monitoramento de RAS e se constitui num bom indicador da relação capital X ativos de uma instituição.

As tabelas apresentadas a seguir exibem os principais indicadores de capital apurados em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 e os estabelecidos em Política de RAS para 2020 - com revisão prevista para um ano ou a qualquer momento em que a circunstância requeira.

Observa-se que os índices de capitalização e alavancagem atendem em patamar de conforto a todos os requerimentos mínimos, apresentando espaço para crescimento de ativos em 2020.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Em R\$ Mil	30/06/2020	31/12/2019
Capital Nível 1	1.457.562	1.449.867
-Capital Principal	1.058.909	1.167.718
-Perpetual Bonds	398.653	282.149
Capital Nível 2	557.566	410.406
Patrimônio de Referência	2.015.128	1.860.273
-RWACpad	12.841.966	10.971.819
-RWAMpad	187.653	177.335
-RWAOpad	1.351.351	1.292.803
Total RWA	14.380.970	12.441.957
-IRRBB	252.802	241.597
Índices		
Capital Principal	7,36%	9,39%
Nível 1	10,14%	11,65%
Índice de Basileia	14,01%	14,95%
IB para RWA + IRRBB	11,49%	12,03%

O artigo 13º da Resolução CMN nº 4.193/20 determina que as instituições devam manter Capital suficiente para a cobertura do risco de variação das taxas de juros da carteira bancária (IRRBB), tratando-o porem como um requerimento adicional de capital, sem inclui-lo na definição de RWA (artigo 3º da Resolução CMN nº 4.193/20). No CCB Brasil, o limite para IRRBB é definido em R\$ na declaração de apetite a Riscos e tem representado em média 3 pontos no indicador de capitalização, como se vê acima.

42. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Compromissos assumidos por garantias recebidas e captações junto a Organismos Internacionais

O CCB Brasil é devedor por empréstimos obtidos junto à Proparco (Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique) para repasses a empresas brasileiras, cujo contrato exige manutenção de índices financeiros mínimos (financial covenants), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioambientais. As operações de empréstimos e repasses do exterior, que contém cláusulas restritivas ("covenants"), são classificadas no circulante, por motivo de desenquadramento de indicadores.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. São também monitorados e aferidos pelo credor mencionado.

BANCO E CONSOLIDADO	Requerido
Capitalização (Basileia)	≥ 11%
Soma dos 20 maiores riscos sobre PR	≤ 300%
Concentração de risco por segmento de mercado	≤ 25%
Créditos D-H + Dações - Provisões sobre "PR"	≤ 25%
Despesas Operacionais sobre Resultado Operacional	≤ 85%
Gap de liquidez de 90 dias em R\$	> 0

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

b) Seguros

O Banco adota uma política de proteção a riscos, segundo a relevância dos montantes envolvidos e a Administração considera suficientes os valores globais dos seguros contratados.

Conselho de Administração

Presidente:	Xilai Feng
Membros do Conselho:	Fanggen Liu Liping Shang Daniel Joseph McQuoid Heraldo Gilberto de Oliveira

Diretoria

Diretor Presidente:	Liping Shang
Diretores Vice-Presidente:	Yongdong Jiang Zhiqiang Zhu
Diretores:	Carlos José Roque Claudio Augusto Rotolo
Contador:	Fábio José Mazzetto Said CRC: 1SP264988/O-8

Comitê de Auditoria

Presidente e membro qualificado:	Heraldo Gilberto de Oliveira
Membros do Comitê:	Walter Mallas Machado de Barros Daniel Joseph McQuoid